12

ATA N.º 22/XIII-2º/2021-25

1 - Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, nas instalações da Escola Secundária Emídio Navarro, sitas na Avenida Rainha Dona Leonor, em Almada, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 – Debate sobre Habitação no Concelho de Almada, Parque Habitacional Autárquico e 2º Torrão.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA);Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luis Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Ivan Costa Gonçalves (PS), André Macedo Ferreira (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Amélia Pardal (CDU), Karim Hassan Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS), Catarina Isabel Garcia Paulino (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo e Luisa Maria Freire Galvão (PS), Arminda Maria Capitão Palhais (PS) por impedimento de José António Lino Craveiro, Alexandra Cláudia Vasco Serra, Ana Cláudia Dias Ribeiro, Filipe Alexandre das Neves Passos, Alina Moscovciuc e Eduardo de Sousa Magalhães da Costa (PS), José Joaquim Barradas Farinha (PS) por impedimento de Marta Sofia Mendão Lourenço, José Daniel Mira Fadista, Carla Francisca de Almeida Gonçalves e Elisa Maria Malvas Rodrigues Grilo Soares (PS); António Paulo Júnior (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas, António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves, Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, António Manuel Cardoso Pombeiro, António Olaio Silva, Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho. Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes Almeida, solicitou a sua substituição pelo eleito Manuel Domingos Batista (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Luís Bucho, sendo substituído por Catarina Matos Pé-Curto.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Munícipes Judite Lisboa, Marco Almeida, Vanda Mateus, João Ribeiro Duarte, Renata Camargo, Cidália Sousa Joaquim, Dalila Cardoso, João Carvalho, Leonor Viana, Luis Filipe Pereira, Henrique José, David Cristóvão, Osvaldo António, Avelino Manuel e Job Rocha.

5.1.1 – A Senhora Munícipe Judite Branco Lisboa:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É a minha segunda vinda aqui, estou a representar os pais da escola onde os meus filhos estão, relativamente à questão do transporte.

Antes de mais, agradeço que a Senhora Presidente nos tenha ouvido e facultou o transporte. No entanto, neste momento estão a acontecer algumas contingências. Na segunda-feira foi uma verdadeira tragédia, porque neste momento não temos transporte assegurado, ou seja, às 08H45 e às 17H00. São vão buscar as crianças às 15H30. A questão que eu coloco é que há um autocarro às 15H30 para ir buscar as crianças, mas não há o das 08H45.

Continuamos a aguardar a limpeza do local que ainda continua completamente esquecido. Basicamente é isso, é tentar perceber porque é que neste momento não temos novamente o transporte assegurado. De qualquer forma é mais para tentar perceber a dinâmica interna, porque eu contactei a Câmara Municipal e disseram-nos que foi uma avaria da frota.

Basicamente são essas questões que eu vim colocar, gostávamos de ter essas informações."

5.1.2 – O Senhor Munícipe Marco Almeida:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço por me terem mais uma vez dado a palavra para falar do assunto da Escola Maria Rosa Colaço.

Eu venho falar do mesmo problema que vim há um mês a esta Assembleia Municipal falar. Até agora nada se fez no sentido dos moradores. Eu todos os dias da semana levanto-me cedo para trabalhar, chego tarde porque ainda tenho de estudar. Chego a casa com vontade de descansar e não consigo, a noite toda só se ouvem as chapas a baterem. Isto não é problema só meu, é um problema para todos os moradores, é partilhado por ambos e infelizmente, hoje não conseguem estar cá para poderem reclamar.

Ontem com um pouco mais de vento, as chapas pareciam que iam voar, depois encontrou-se a soltar-se a estrutura, é preciso as chapas voarem e a acertarem em alguém ou na casa de alguém para se resolver o problema, porque já foi falado este assunto no mês passado.

A limpeza que era urgente na Escola e que foi prometida aos moradores na Assembleia Municipal, até agora ainda não houve nenhuma novidade, o espaço continua igual e ainda ninguém foi la ver como é que está.

Em relação à obra da Escola, sabemos que foi apresentada uma proposta de adjudicação na reunião de Câmara, o que significa alguma coisa, mas sabemos que ainda vai demorar, ao contrário daquilo que se disse que ia ser uma coisa mais rápida do que se estava à espera.

Se o objetivo deste executivo for por interesses políticos, asfixiar os seus munícipes, está a ir no bom caminho. Pois na última Assembleia Municipal houve algumas promessas e afirmações que pelos vistos não passaram do papel e não se tornaram realidade.

Há algum tempo dizia-se que os munícipes do Bairro do Monte eram privilegiados por terem uma visa para o Tejo, hoje devem ser privilegiados por morar perto de uma escola e parece uma piscina municipal.

Tive a sorte de crescer e estudar na Escola Maria Rosa Colaço, com pelo menos as condições mínimas para aprendizagem, infelizmente hoje em dia as crianças não têm esse direito e é lhes retirada essa hipótese.

Agradeço a esta Assembleia Municipal e aos Órgãos do Município, por uma maior clareza perante os seus munícipes, pois somos nós que damos o poder a esta Assembleia Municipal e não ao contrário."

5.1.3 – A Senhora Munícipe Vanda Mateus:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Vanda Mateus, estou entre o resto das pessoas que estão na vala, eu gostaria de saber como é que se vai resolver a minha situação, porque a minha casa está no meio de duas casas que estão partidas, e lá entra muita água, muitas ratazanas e muitas baratas. Eu gostaria de saber também como é que vão resolver isto porque eu vivo com uma criança de 4 (quatro) anos e não tenho condições para o meu filho ficar lá."

5.1.4 – O Senhor Munícipe João Ribeiro Duarte:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é João Duarte, trabalho numa Associação Cultural no Bairro do 2º Torrão e passamos por um tempo que para quem esteve presente e para quem esteve lá, sabe que foi de calamidade, foi de muito esforço, foi muito difícil estar ali e passar aquele tempo. Isto é um esforço que sai da sociedade civil eu já estou ali há 10 (dez) anos e faz parte da minha missão e da missão da organização à qual pertenço, Marina Caboco, advogada, acompanhou também o nosso grupo. Trabalhar cidadania é também saber trabalhar com direitos básicos.

A questão que eu coloco ao saber das palavras proferidas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, na última Assembleia Municipal, é se por acaso pensa que eu sou bandido ou se sou foragido ou se tenho um papel que é fora daquele que é regulamentar na sociedade? Isso para mim é importante porque pertenço a este Município, portanto, gostaria de ver esclarecida esta situação. Se a Dr.ª Marina Caboco está a promover o caos e a confusão, faz parte também da nossa missão estar a lutar por direitos básicos, dai dizer o que eu disse."

5.1.5 – A Senhora Munícipe Renata Camargo:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Renata Camargo, trabalho no "Canto do Curió" e desde o dia 30 de setembro tenho acompanhado pessoalmente o decorrer da ação da demolição e realojamento simultâneo coordenado pela Câmara Municipal de Almada no Bairro do 2º Torrão. Eu peço a esta casa algum tipo de flexibilidade porque as pessoas que chegaram atrasadas, vêm do Bairro, saíram dos seus trabalhos e não lhes foi dado nem 15 (quinze) minutos de atraso. Portanto, se possível no final deste período acrescentar e fazer a chamada novamente para incluir essas pessoas na casa da democracia.

Segundo, a minha pergunta é direcionada à equipa da habitação: vocês se orgulham mesmo do trabalho que executaram no terreno? No alojamento provisório onde estão pelo menos sete famílias estão realojadas, esta noite choveu nas camas, não fogão, não havia talheres para comerem, não há cobertores, este é um trabalho para ser orgulhado? É para ir para a televisão e dizer que está tudo bem? Nas entrevistas a dizerem que as pessoas estão felizes, que tipo de coisas vocês consideram felicidade? Alguém levou em consideração os traumas causados naquelas crianças? Alguém levou em consideração uma mulher que está fazendo tratamento oncológico e esta noite vai dormir numa cama porque teve a ajuda da comunidade e não teve nenhum tipo de apoio de nenhum dos funcionários da Câmara Municipal? Vocês se orgulham de terem feito as pessoas assinarem papeis enquanto as casas ao lado estavam a ser demolidas numa pressão psicológica nunca vista e pelos vistos sentida pelos funcionários, mas não levada em consideração o que sentiram aquelas pessoas? A Câmara Municipal de Almada, perdeu a oportunidade de incluir uma comunidade organizada, para que pudesse colaborar nesse processo de realojamento, mas todo o conhecimento que é desenvolvido pelos moradores do 2º Torrão, pelas associações, pelas entidades que fazem lá trabalho há muitos anos, foi completamente ignorado. E toda a ação foi feita às pressas, de surpresa no dia em que as pessoas seriam realojadas elas eram notificadas para onde elas iam. Algum de vocês prepara as malas para ir para um hotel, para um alojamento local, sem saber quantos dias estarão lá? Quantos de vocês abandonariam as vossas casas sem ter uma alternativa, uma garantia de habitação digna, que essas pessoas trabalham, merecem todo o respeito desta casa que deveria zelar. O discurso é sempre a questão do risco, nenhum dos moradores negou o risco, nenhum dos moradores questionou isso. Agora, eu questiono: que tipo de riscos essas pessoas estão agora expostas, quando uma carrinha sai às 6H40 da manhã de Lisboa para trazer os alunos para a escola, sendo que a aula começa às

09H00? Que tipo de coisas foram consideradas quando vocês tomaram essas decisões? Quando consultaram as pessoas que estavam lá? Quando se preocuparam com alojamentos que servissem para aquelas pessoas, que levassem em consideração onde os filhos delas estudam, onde elas trabalham, que tipo de rotina se têm, que tido de autocarros se sabe, o conhecimento que têm sobre a Cidade de Lisboa ou outras coisas? O que para nós pode parecer simples, para algumas pessoas não é, e é dever desta casa e se este é um trabalho que parece ser algo de se orgulhar, para quem esteve no terreno não. E se alguém tem dúvidas daquilo que falo, por favor venha ter comigo depois que eu posso muito bem vos mostrar aquilo que a gente viu, sentiu e assistiu, o péssimo trabalho feito pela Câmara Municipal de Almada, a desorganização, a falta de sensibilidade completa no terreno. O que se viu foi uma postura completamente colonial da mesma maneira estamos aqui para vos salvar, vocês estão em perigo, foi uma atitude racista, foi uma atitude excludente que ignorou completamente toda a dignidade, todo o conhecimento, toda a estrutura que já estava montada naquele bairro. Quando a gente vai demolir uma casa a gente está também a demolir a historia de um lugar e nem isso, nem sequer com a história de Almada, é a história de um dos bairros mais antigos deste Município, foi levado em consideração. Eu pergunto: é mesmo um trabalho para se orgulhar ou vocês perderam a oportunidade de fazer um processo de demolição e de realojamento inclusivo, digno e que respeite as pessoas?"

5.1.6 – A Senhora Munícipe Cidália Joaquim:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Perante vós e com o uso da palavra para relatar a minha situação atual e da minha família em relação à minha ordem de despejo que está sobre nós.

Desde 2008 que informei e apelei à Câmara Municipal, através de vários requerimentos e reuniões em relação à minha situação familiar, em que tive de viver com um irmão mais velho toxicodependente, alcoólico e com distúrbios mentais não tratados. Ao qual é impossível conviver principalmente por ser violento, quer para mim, quer para os meus filhos menores. Situação essa que a Câmara Municipal nunca mostrou interesse em solucionar.

Em 2016, tendo este problema agravado ao ponto que já temia pela minha vida e pela vida dos meus filhos. Surgiu a oportunidade de emergência, de mudar para o bloco ao lado, com a mesma tipologia e o mesmo andar, devido ao facto de os anteriores arrendatários se terem ausentado permanentemente. Entregando declarações manuscritas e assinadas em como prescindiam permanentemente da habitação cedendo-a a mim e à minha família. Sabendo que a minha situação era uma situação precária, recorri a uma reunião de Câmara Municipal na qual expus o meu problema anterior ao Presidente Joaquim Judas que se interessou pelo meu caso e delegou a resolução do problema com desdobramento ao qual o meu irmão se recusou à habitação que lhe foi atribuída, que impossibilitou a resolução da minha situação precária, isto arrastou-se durante dois anos e meio. E com a antiga arrendatária a fazer pressão para ter a casa de volta. Apesar de ela e o companheiro terem sido informados por Edital camarário de que tinham perdido direito à casa devido à falta de pagamento de rendas, 60 (sessenta) rendas em atraso e isto em 2016. Assim como coincidindo com o facto de o meu irmão se ter ausentado para o estrangeiro sem data de retorno e ter abandonado o domicilio, decidi com a melhor intenção, colocar o requerimento de troca da minha antiga casa à Câmara Municipal, arrendatária a dia 1 de junho 2019, propus uma troca de habitação na Divisão da Habitação da Câmara Municipal, à qual nunca obtive resposta dentro do prazo e até hoje. Qual foi o meu espanto verificar que em março tinha uma ordem de despejo para os antigos arrendatários. Constatando que a Câmara Municipal nunca quis reconhecer que quem habitava era eu e os meus filhos e o meu esposo doente. Nunca tendo respondido ao pedido de troca com o agregado familiar de 3 (três) filhos menores e um companheiro doente impossibilitado de trabalhar por ordem médica, tendo sido em medicação mais de 50.00€ (cinquenta euros) fora o meu filho. Sendo que o nosso único rendimento é o RSI-Rendimento Social de Inserção, vi-me na contingência de sem poder, ter de recorrer a um advogado com a ajuda monetária da minha irmã. Havendo uma situação já há uma sentença por parte da Juíza deste litigo na Comarca de Almada, que me dá efetividade da ordem de despejo, mas sobre aguardar por parte da Câmara Municipal disponibilização de uma habitação legal para nós, o apoio a uma renda apoiada ou outro tipo de solução habitacional. Sentença essa que não contestamos desde que seja cumprida a decisão tomada pela Juíza ao qual a Câmara Municipal até hoje não nos contactou, nem tomou providências tendo em vista proferida em sentença.

Essa é a principal razão pela qual estou aqui, para apelar à vossa compreensão e obter uma resposta que é muito importante para mim e principalmente para os meus filhos."

5.1.7 – A Senhora Munícipe Dalila Cardoso:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou a Dalila Cardoso e faço parte das famílias que foram incluídas no processo de realojamento do Bairro do 2º Torrão.

Venho hoje aqui em meu nome e em nome de algumas mães que também estão alojadas em Monsanto, chamar a vossa atenção para o seguinte:

Primeiro, foi-nos assegurado que enquanto estivéssemos alojados em unidades hoteleiras receberíamos um poio financeiro para as despesas com a alimentação, no dia em que iniciamos estadia recebemos esse apoio com a promessa de que na semana seguinte voltaríamos a receber novamente, mas infelizmente, nunca mais recebemos nenhuma ajuda financeira para as despesas alimentares, a nossa situação de vida é precária e estamos a ter um custo com refeições muito mais elevado ao que estávamos acostumados. Já insistimos várias vezes com os serviços da Câmara Municipal e dizem-nos sempre que vamos receber em breve, mas o breve já lá vai e já passaram muitos dias. Gostaríamos por isso de saber quando é que vem o cartão de refeição e se ele vai vir com retroativos com o valor que já gastamos do nosso dinheiro.

Segundo, em Monsanto cada lavagem de roupa custa 4.00€ (quatro euros) e cada secagem custa 4.00€ (quatro euros) também. Para uma família com crianças gastamos 16.00€ (dezasseis euros) numa só tarde só de lavagem. Gostaríamos que este custo também fosse incluído nas despesas diárias a que temos direito, pops não temos condições económicas para suportar isto todas as semanas.

Terceiro, as nossas crianças estão a ter problemas pelos atrasos dos autocarros que deveriam cumprir as normas dos horários escolares, mas até agora circulam com atrasos de uma hora ou mais, por vezes também chegam demasiado cedo à escola e têm de ficar a aguardar dentro do autocarro.

Quarto, A Câmara Municipal comprometeu-se a construir 95 (noventa e cinco) casas para todas as famílias que estão a sair do 2º Torrão, por um risco de emergência. Sabemos que tem sido falado e garantido várias vezes por vós, mas até à data não nos foi entregue nenhum papel assinado e carimbado pela Câmara Municipal que nos garanta isso. Por isso e porque temos assinado todos os papeis que nos são solicitados pedimos que desta vez, sejam vocês a assinarem e entregarem um documento assinado e carimbado que nos deixe legalmente seguros. Repito: foi-nos dado este documento do qual cito este parágrafo: "A Câmara Municipal de Almada tem projeto para construir 95 (noventa e cinco) casas novas e de qualidade, essas casas serão a solução de habitação permanente para quem agora vai sair do 2º Torrão. Pergunto: este papel é valido ou não? Pedimos que tenham em atenção toda esta situação pois fomos tirados dos nossos lares, onde as nossas crianças tinham uma rotina, as promessas que nos foram feitas têm que ser cumpridas e postas em prática de forma a regularizar as nossas vidas e dos nossos filhos. Não podemos ser postos à margem e no esquecimento como se as nossas vidas não tivessem valor."

5.1.8 – O Senhor Munícipe João Carvalho:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero vos contar um acontecimento da semana passada. Moro com os meus pais, estava a arrumar o meu quarto e encontrei um papel, que não me chamou muito atenção até começar a ler, e dai recordo-me do cenário, tinha dezoito ou dezanove anos, na mesa da cozinha com a minha mãe. Estávamos a fazer contas para tentar prever os planos do futuro da minha vida. Um jovem adolescente acabado de entrar na licenciatura, com as poucas poupanças possíveis num trabalho precário na cultura. O resultado dentro da expetativa de invariáveis e possíveis ideias do que viesse a acontecer, 43 (quarenta e três) anos, era a data que previámos para eu conseguir sair da casa dos meus pais e ter o meu lar, ter a minha independência, ter uma rampa de lançamento para a minha vida. É um resultado bastante aterrador para um adolescente.

Algumas coisas mudaram, entretanto, estava no Feijó agora moro no Seixal, fugimos à especulação imobiliária. Já acabei a licenciatura, queria fazer as contas novamente, mas não tenho grande esperança numa perspetiva melhor.

Vamos aos factos, Almada é o 5º Município com as rendas mais caras do país, são 9,81€ (nove euros e oitenta e um cêntimo) por m2, aumento 25% nos últimos dois anos. A Margem Sul é a Região, (recordando as várias estatísticas), mais cara de Portugal, mas onde as pessoas ganham menos. Aproximadamente 388 (trezentas e oitenta e oito) candidaturas o "Habit'Almada" no último ano, estão de fora obviamente aquelas que receberam despacho rejeição liminar, o crescimento dos juros que significam quase mais 300.00€ (trezentos euros) por mês a uma família trabalhadora na prestação da casa. A grande maioria dos portugueses pagam a prestação até aos 70 (setenta) anos. O preço das casas cresceu mais três vezes do que o rendimento familiar e atenção são valores pré inflação, prefiro nem fazer as contas hoje.

Assim, um jovem português em média sai da casa dos pais aos 33,6 anos. Agora, esta é uma realidade muito improvável para quem mora em Almada.

Pergunto então à Senhora Presidente da Câmara Municipal, o que é que a minha geração deve fazer? Os estudantes da FCT que dormem em sótãos onde a casa de banho, a cozinha e o quarto, estão todos reduzidos a menos de 10, 15 m2, onde nem eu consigo estar de pé, com as costas direitas, tão baixo que aquilo é.

As famílias em casas camarárias degradadas. Os filhos de imigrantes, precários, o que é que vão fazer às pessoas despejadas graças ao alojamento local, aos fundos imobiliários, aos vistos Gold? A Senhora Presidente tem tudo para responder à crise da habitação, neste momento tem um acordo de maioria na Câmara Municipal, faz parte do Partido Socialista que tem Governo com maioria absoluta, eu pergunto-me tem ainda o PRR? Se não resolver agora, resolve quando?

Apenas mais 3 (três) notas. Almada Factoring, um empreendimento de 150.000.000.00€ (cento e cinquenta milhões de euros), 514 (quinhentos e catorze) apartamentos, 3.500.00€ (três mil e quinhentos euros) por m2. T1 a T3 com áreas humildes, promovido pelo Habitat Invest e pela Patron Capital com consultadoria da JPL, tudo nomes do setor do luxo, no Feijó mesmo ao lado do Chegadinho e eu pergunto como é possível fazer-se um licenciamento de um projeto desta dimensão, não haver uma única casa para custos controlados, para habitação jovem, para reforçar o Parque Municipal, pelo menos são informações que eu não encontrei.

Ainda pergunto o que é que vai responder a Senhora Presidente ao António Costa, ao Primeiro Ministro, com quem tanta intimidade para fazer promessas eleitorais do metro até à Costa da Caparica, eu pergunto o que é que vai haver sobre os novos vistos para nómadas digitais?

É porque a verdade os estudos mostram que estes tipos de projetos são ruinosos para Concelhos como Almada, já se viu na Europa, já se viu internacionalmente. O que é que vai responder? Às vontades do Partido Socialista ou à vontade da sua população?

E pergunto ainda, a minha geração vai aceitar com todo o gosto os 288.00€ (duzentos e oitenta e oito euros) que estão previstos no Orçamento de Estado para o apoio ao arrendamento. Mas não precisamos de cheque precisamos de estrutura e respostas como o fim dos vistos Gold, precisamos de um parque habitacional forte e público, precisamos mesmo é de politicas estruturais profundas."

5.1.9 – A Senhora Munícipe Leonor Viana:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Leonor, tenho 20 (vinte) anos e sou uma estudante universitária deslocada. Sempre vivi em Almada, mas em 2020 fui obrigada a viver sozinha por condições e para poder continuar a frequentar a Faculdade.

Acho que todos sabemos que a habitação estudantil é um problema cada vez maior no nosso país e a Câmara Municipal de Almada tem a obrigação de arranjar soluções para esta questão, algo que não tenho visto a acontecer.

Uma cidade que antigamente era considerada um refugio ou dormitório para as pessoas que estudavam e trabalhavam em Lisboa, encontra-se cada vez mais subordinada à especulação imobiliária que faz com que os preços das rendas cresçam de forma galopante, equiparando-se por vezes e até excedendo o preço das rendas em Lisboa. É claro que este problema afeta todas as faixas etárias, mas sinto que nós, jovens, somos especialmente afetados. Muitos de nós estudantes vivemos à conta dos nossos pais, que acabam por fazer grandes esforços para conseguir pagar as rendas de quartos, não casas, quartos, que chegam a atingir 400.00€ (quatrocentos euros) a 500.00€ (quinhentos euros). Depois, quando começamos a nossa vida adulta, e queremos tornarmo-nos independentes, somos obrigados a gastar mais de metade dos nossos salários para conseguir ter um quarto, não uma casa, na cidade onde crescemos.

Para além disto, o problema da habitação em Almada não se prende apenas no preço das rendas, mas também na falta de casas para alugar. Quando comecei a viver sozinha, só consegui arranjar uma casa porque conhecia alguém que conhecia alguém. O meu direito à habitação digna no sitio onde sempre vivi, a um preço acessível, não deve estar dependente do facto de eu conhecer alguém porque não é toda a gente que tem esta sorte. Nesta situação, também se prende o problema de muitos dos senhorios não quererem fazer contratos com os jovens que alugam estes quartos e se o fizerem pedem sempre mais dinheiro pela renda. Então acabamos por viver em arrendamentos que não estão legalizados, muitas vezes com más condições, das quais não podemos reclamar porque não temos um contrato, sem direitos e à mercê de senhorios que nos podem retirar as casas e subir as rendas quando e como querem. A verdade é que com os preços das rendas como estão agora, nenhum jovem em Almada alguma vez vai conseguir juntar dinheiro para algum dia comprar uma casa e poder estabilizar a sua vida. É necessário que a Câmara Municipal de Almada democratiza a habitação e mostre preocupação para com os jovens almadenses, que consigam prosseguir as suas vidas nas cidades onde cresceram, em vez de se preocuparem em atrair investimentos para construção de apartamentos e residências, destinadas a pessoas com um poder de compra muito acima do comum cidadã. Almada não se pode tornar numa extensão de Lisboa e da sua politica habitacional desastrosa. Não podemos deixar que os jovens almadenses sejam obrigados a irem viver para periferias que não conhecem porque não têm dinheiro para continuar aqui. O direito à habitação está consagrado na nossa Constituição e a Câmara Municipal de Almada tem a obrigação de garantir que os jovens tenham esse direito a um preço acessível e digno. Porque no final de contas, nós somos o futuro de Almada ou pelo menos devíamos ser."

5.1.10 – O Senhor Munícipe Luís Filipe Pereira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma primeira palavra para um agradecimento pela realização desta Assembleia Municipal, que debate um assunto tão importante como é o da habitação e uma outra palavra para esta grande escola onde estamos reunidos a Escola Emídio Navarro, a Escola de tantos, tantos nós. Uma palavra de apreços às duas coisas.

O que me traz aqui tem a ver necessariamente com o 2º torrão e com algumas coisas que fui ouvindo nos últimos dias. Eu conheço o 2º Torrão há muito anos, falam-se de quatro décadas, deve ser mais ou menos esse o tempo que o conheço talvez até um pouco mais.

No dia 14 de outubro, a SIC Noticias dizia: "Demolição de Bairro em Almada, a Autarquia admite que o processo podia ter sido menos traumático". A pergunta que deixo é: se podia ser menos traumático porque é que não foi?

Na sequência da reunião de 17 de outubro da Câmara Municipal de Almada, o Partido Socialista publicou uma declaração de voto que termina com a seguinte afirmação: "Pela primeira vez, em quatro décadas, existem resposta públicas concretas, para os problemas do Bairro do 2º Torrão, com compromissos reais, traduzidos nos vários contratos de arrendamento já assinados e financiados pela Câmara Municipal e pelo Governo". Esta é a marca do Partido Socialista? é mesmo? Esta, é mesmo a marca do Partido socialista? Que tem agitado mais o 2º Torrão neste último mês do que a excitação que ele teve em 40 (quarenta) anos de existência. Porque uma coisa é ter o problema e não ter capacidade para o resolver. Porque uma Câmara que se debate com dificuldades, que tem os Governos sempre a criar conflitos e complicações, ao contrário de uma Câmara que é da cor de um Governo com maioria absoluta, ter um problema e não o poder resolver, isso não é pecado. Pecado é ter um

problema e complicar esse problema e agudizar esse problema. Isto não é para rir, eu não vim aqui para me rir, eu não tenho vontade nenhuma de rir quando estou a falar nestes assuntos. E já agora Senhora Presidente, eu já cá ando há mais tempo do que a Senhora, em vários aspetos. E se a minha voz tem que se juntar a alguém, tem que ser aqueles que mais sofrem e mais penalizados têm sido com a vida desgraçada que têm. Muitos vêm para o nosso país trabalhar e prometem-lhes casas e depois metem-nos em contentores, outros têm que recorrer à autoconstrução, uma coisa que eu nem ouvi falar, esta Câmara Municipal nem falou.

E termino, lamento muito, digo-o aqui publicamente, a postura do Senhor Vereador Nuno Matias, na Câmara Municipal de Almada, que é o Senhor Vereador Nuno Matias, que dá força a esta Câmara Municipal que lhe dá a maioria, as declarações que fez acerca de pessoas que estão a chegar ao 2º Torrão à pressa para terem direito a uma casa. Eu acho isto absolutamente inadmissível e espero sinceramente, que num país como o nosso, que tem apenas uma oferta pública de habitação social de 3%, não chega aos 3%, ao contrário de alguns países da Europa que têm uma oferta pública de habitação que ultrapassa os 30%. Enquanto não houver habitação condigna, a preços acessíveis de acordo com os rendimentos das pessoas, este problema vai ser ampliado e não vai ser resolvido. E atenção com uma coisa, quando nós queremos resolver o problema, temos que ter a solução, não pode ser para mostrar trabalho.

Bem hajam todos os homens e todas as mulheres de boa vontade e que vão unir esforços para resolver o problema destes habitantes do nosso Concelho."

5.1.11 – O Senhor Munícipe Henrique José:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado sábado, houve um incêndio que destruiu habitação camarária, isto na rua Almada Negreiros, no nº 4 e foi o piso 4º esquerdo.

Eu resido no 3º esquerdo, ou seja, por baixo. O que é que aconteceu? O que aconteceu é que depois do incêndio a quantidade de água que foi aplicada, ela começou a escorrer pelo teto da casa em várias partes, onde me foi danificado mobiliário, chão e agora as paredes estão com fissuras, já criaram bolores e ainda continua o cheiro a cinza e agora tem ainda a questão do piso de cima visto que a destruição do incêndio provocou a caída de vidros no espaço público, outros acabaram por cair em cima da minha marquise com o tempo e há uma estrutura de alumínio que também já não está atualmente fixa, fora isso tem também as janelas que estão partidas e agora com a época das chuvas e provavelmente o vento, eu tenho receio que essa água entre e possa continuar a inundar, tanto que há sítios que ainda não posso colocar o material no sitio. E entre isso talvez bichos podem entrarem.

Tentem resolver esta situação para não entrar águas e o 4º piso, provavelmente os senhores eram acumuladores, tinham muito material ardido, tanto que o cheiro é ainda intenso, não sei quando é que estão a pensar resolver esta situação. Ainda não fui contactado pela Câmara Municipal para se dirigirem à minha habitação, quer a minha quer as adjacentes também, e espero que a Câmara Municipal tenha a sensibilidade visto que o meu pai é doente oncológico e também é deficiente, eu vivo também com a minha mãe."

5.1.12 – O Senhor Munícipe David Cristóvão:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem sou eleito do PSD na Freguesia da Trafaria.

O desalojamento em curso no 2º Torrão nasceu torto e nunca se endireitou. O risco real ali existente exigia respostas competentes e são já várias as incongruências entre o que a Câmara Municipal diz e a realidade.

Vimos uma entrevista da Senhora Vereadora da Proteção Civil na RTP e também lemos o comunicado feito pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia da Trafaria. Ora, as três apenas dizem que em 2019 e em 2020, foram identificados problemas de salubridade. Vejamos a realidade por comparação com os relatórios também já divulgados pela Comunicação Social. Em 2019, por estar em causa a segurança, a saúde pública e até ambiental, fala-se em se possível retirar as casas precárias que foram construídas por cima desta infraestrutura. Sobre 2020, realce-se que todos os alertas que citarei foram assinados pelo Coordenador da Proteção Civil.

O potencial colapso da infraestrutura ou mesmo de parte, causaria um bloqueio à passagem da linha de água de grande importância para aquele local, com danos muito significativos em toda a envolvente do Bairro. Esse relatório refere-se ainda à resistência desconhecida das tampas de acesso e furos de passagem das tubagens que enfraquecem a sua resistência. Sobre o teto diz-se: também de resistência expetável desconhecida. Além disso, de referir que a saída do túnel para o rio se tem vindo a degradar. Mais, este túnel encontra-se sobre diversas construções ao longo do seu traçado e sobrecarga da sua zona de fundação. Mais, preocupação acrescida com a ocupação por construções por cima ao longo do traçado do túnel que acrescentam carga não considerada no momento da sua construção. Fala-se também de uma necessidade de intervenção urgente.

Ora, então apenas dizem que em 2019, foram identificados problemas de salubridade. A minha pergunta é simples: porquê? Consideram que o potencial colapso da estrutura, as tampas ou teto de resistência desconhecida ou ruina da saída para o rio, representam apenas problemas de salubridade? Reparamos também que a Senhora Vereadora e Câmara Municipal, têm sido particularmente cuidadosas com as palavras, dizem sempre: "não há uma avaliação de risco da Proteção Civil de 2019 ou 2020". A minha questão é também muito simples: porquê? Será que a resposta é porque não a fizeram? Apesar de todos os alertas que citei e que foram subscritos pela Proteção Civil em 2020? Será que não deviam antes dizer: "não fizemos uma avaliação de risco em 2019 ou 2020, apesar dos alertas"? Houve depois de todos os alertas um relatório ou uma nota técnica da Proteção Civil que dissesse que não havia risco na vala do 2º Torrão em 2029 ou 2020? Se não houve, Porquê?

Eu sei que a senhora Vereadora disse que os SMAS não tinham competência técnica para avaliar o risco, mas há um relatório de avaliação técnica de risco feito em 2020 ou 2019, por alguém que a Senhora Vereadora ache que tem competência técnica para o fazer? Ao que apuramos só volta a haver registo sobre esta matéria através de um Relatório do Departamento de Obras dos SMAS em março de 2022. É verdade? Porquê? Tinha havido indicação para uma obra?

Por fim, a Proteção Civil demorou mais dois meses a pronunciar-se em maio, sobre a avaliação de risco quando esse relatório dos SMAS, de março, indicava perigo para vidas humanas. Mais uma vez, porquê dois meses?

Quem assume a responsabilidade pelo que não se fez nos últimos três anos? Confirmam que esta tarde, decorreu uma derrocada parcial para a qual também já havia alertas no caso em que viessem a existir movimentação de maquinas e demolições como veio a acontecer e como está a acontecer? Quantas pessoas estão ainda a viver na zona que hoje teve este desabamento, a confirmar-se, gostava que a Câmara Municipal o confirmasse e qual é o plano para as retirar.

Da minha parte já muito disse e fiz por denunciar as praticas deste executivo, agora é também o tempo de se exigir que se assumam responsabilidades pela inação dos últimos 3 (três) anos."

5.1.13 – O Senhor Munícipe Osvaldo António:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Osvaldo António, estou em Portugal desde 2019, eu atingi o censo de 2019. A Câmara Municipal diz que eu não tenho direito porque estou ilegal, o código 89º diz que quando o cidadão tem a manifestação de interesse, não está ilegal. Portanto, eu tenho os meus direitos, por isso eu estou aqui.

Eu tenho uma pergunta para fazer aos senhores da Câmara Municipal: será que os Senhores têm amor pelas pessoas do 2º Torrão? Eu digo que não. Porque se tivessem amor pelas pessoas do 2º Torrão, não deviam tratar da forma que trataram o pessoal do 2º Torrão. Os senhores estavam a fazer o trabalho, cortaram a água e a luz, que é um bem essencial das pessoas. Isso não se faz. Uma vez que Portugal representado na ONU por um português, que discute sobre a humanidade, isso é uma vergonha, é triste mesmo. Se as pessoas que aqui estão tivessem acompanhado o que se passou no 2º Torrão, acredito que não iam gostar. Eu faço uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara Municipal, se a Senhora estivesse no lugar das mães que vivem no 2º Torrão a verem aquele sofrimento, as crianças a meterem a mão na cabeça, não sabem onde é que iam ficar, não sabem onde é que vão estudar, todo esse percurso, eu acho que a Senhora não ia gostar, porque a senhora também deve ter filhos e sabe como as coisas são.

Eu queria saber se por acaso, os senhores, já que estão a acompanhar, quando é que vão resolver a situação das pessoas que ficaram no 2º Torrão. E outra coisa, eu estava a ver o programa quando cheguei de Cabo Verde, a Secretária da Habitação, a dizer que toda a gente do 2º Torrão que está em risco deveria ter casa."

5.1.14 – O Senhor Munícipe Avelino Manuel:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Avelino Manuel. A minha casa foi a primeira a ter a Providencia Cautelar. O meu caso foi daqueles que sou ilegível porque dizem que não resido naquela casa. O pessoal da Câmara Municipal foi a minha casa e encontrou as minhas coisas, os meus moveis, a minha roupa, encontrou tudo o que é meu e dizem que eu não vivo dentro daquela casa. Apesar de a minha família estar fora que é natural, toda a gente quer o bem para os filhos, os meus filhos vivem naquela casa, mas estão fora.

A pergunta é: será que o pessoal da Câmara Municipal está preocupado com o pessoal que está no Bairro do 2º Torrão? Porque se estivessem preocupados não fariam o que estão a fazer. Tiram-nos das nossas casas e querem nos mandar para rua sem sabermos para onde vamos. Nós somos trabalhadores, eu trabalho nas obras, estou em Portugal desde 1993, vivo naquele Bairro da Trafaria desde 1993. Estou naquela casa desde 2005. Se nos tiram da casa para onde vamos viver, vamos para debaixo da ponte?"

5.1.15 – O Senhor Munícipe Job Rocha:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou o Job da Rocha e estou em Portugal há mais de 20 anos. Eu sou um dos cidadãos que foi considerado ilegível e a Câmara Municipal diz que sou ilegível porque não apareci nas duas reuniões marcadas, e pediram-me para esclarecer as razões que fizeram com que não tivesse aparecido nas duas reuniões e eu tive que escrever uma carta à Câmara Municipal e apresentei todas as provas porque não apareci nas duas reuniões. Não tendo resposta e numa urgência de que a Câmara Municipal tinha que fazer as obras, então tive que chamar uma advogada para apresentar a Providencia Cautelar. Quer dizer que a minha casa é uma delas. Portanto, tudo isto, a Câmara Municipal quando respondeu ao Tribunal diz uma outra versão dizendo que a minha morada não condiz com a realidade, não coincide com a realidade. Eu gostaria de dizer o seguinte: de toda a resistência que eu mostrei depois foi me entregue à Segurança Social que eu recusei. Recusei porquê? Eu vivo naquela casa há já bastante tempo. É verdade que é uma casa menos agradável, é uma casa fria, com bolores, as paredes têm bolores, mas é uma casa. Com receio de poder realmente ficar fora, pelo menos eu tenho uma casa, tenho um sitio para poder habitar. Eu prefiro ficar naquelas condições do que ficar um sem abrigo."

5.2 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Inês Pezarat Bom (BE), António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldes (CDU), Luis Filipe Palma e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal e os/as Senhores/as Vereadores/as Francisca Parreira, Filipe Pacheco.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Infelizmente temos apenas 12 (doze) minutos para responder a todas as questões e, portanto, eu tentarei ser o mais breve possível até porque sei que os outros Vereadores/as também gostarão de fazer as prenuncias.

Deixem-me dizer de forma muito clara.

Em primeiro lugar, eu já o tenho dito várias vezes e sobretudo nestas matérias da habitação, todos os munícipes que queiram trazer aqui a sua história pessoal naturalmente, podem fazê-lo, são livres de o fazer. Nós aqui, nós Câmara Municipal, esta mesa, os/as Vereadores/as não comentam casos pessoais. Portanto, a todos os/as Senhores/as Munícipes que vieram falar de casos concretos, estando como sempre esteve a Câmara Municipal, para ver a questão dos casos pessoais, nós não poderemos estar a responder aqui, não sou eu que vou dizer se o Senhor A ou o Senhor B tem casa ou não tem casa, se estava em Portugal ou se não estava em Portugal,

sobretudo quando há matérias de providências cautelares e, portanto, essas questões neste momento estão a ser tratadas em Tribunal.

Permitam-me dizer e agradeço até muitas das questões que foram feitas, porque eu não sei, ou há aqui muita desinformação, sobretudo, alguns dos moradores da vala do 2º Torrão, há outras declarações que aqui foram feitas que são claramente de má fé a vários níveis. De má fé porque conhecem a situação e que até reconhecemos alguns termos técnicos que naturalmente foram fornecidos por quem conhece bem a situação e que devia ter algum decoro, neste momento até está sentada do outro lado, permitam-me que diga, outros porque têm acompanhamento jurídico e sabem bem qual é a situação e tentam confundir aquilo que é uma intenção deste executivo de Almada e que eu volto a reiterar aqui com toda a clareza. O Bairro do 2º Torrão, não é um Bairro digno para qualquer pessoa viver. E, portanto, é uma prioridade deste executivo poder criar respostas de alojamento permanente para todos os moradores do 2º Torrão. Isto era um desígnio ainda antes de acontecer a questão da vala.

O realojamento que fizemos há cerca de 3 (três) semanas, é um realojamento que se deveu a uma alteração de circunstâncias que piorou a situação da vala. E hoje mesmo tivemos um desabamento. Hoje, o primeiro dia de chuva, o que significa que os relatórios da Proteção Civil, estavam certos e não me venham dizer que era porque estavam maquinas ali em cima. A realidade é que onde anda uma maquina não podem estar centenas de casas em situação de fragilidade. E eu quero ser muito clara, a Câmara Municipal tudo fez e tudo continuará a fazer, para salvaguardar a vida das pessoas, o bem-estar das pessoas, a integridade física das pessoas.

Neste momento, as casas que ainda lá estão por causa de providências cautelares com pessoas dentro, estão em duplo risco, duplo risco. Não apenas por causa da fragilidade da vala, porque em muitos casos perderam a sustentação à volta. E eu espero sinceramente, e todos os dias temos estado a monitoriza, que nada mais aconteça e já estamos a limpar a vala outra vez, mas se infelizmente acontecer, eu quero saber quem é que se vai responsabilizar pela vida e pela integridade física dessas pessoas. Não é a Câmara Municipal. E eu vou ser clara, a Câmara Municipal proporcionou a todos, todos, uma solução de realojamento. Não é definitiva, em unidades hoteleiras. Mas que isto fique muito claro, isto está a ser gravado, quem anda a instigar as pessoas para não saírem de uma situação de risco, é responsável nem que seja moralmente por tudo o que venha a acontecer. E as próprias pessoas também têm que assumir os riscos que correm e seja qual for a sua condição, porque ricos ou pobres, todos são pessoas de direitos e consciência. E eu quero que isto fique claro.

Portanto, estamos em situação de risco.

Relativamente ao Senhor Munícipe João Duarte, pergunta-me se acho que ele é um bandido? Não! Eu penso que não deve ser, acho que não, não o conheço, espero que não seja um bandido, só lhe posso responder isso, não lhe posso responder mais.

A Senhora Munícipe Renata Camargo, eu peço desculpa, mas nem sequer lhe vou responder, porque de facto, nos seus termos finais entusiasmaram-se. E eu de facto, também não gosto que me acusem nem de racismo, nem de colonialismo. Agora, há uma coisa que eu sei, eu falo sempre verdade às pessoas e não me aproveito da miséria das pessoas para fazer o seu ganha pão e a sua forma de viver. E também quero que isso seja claro. Portanto, ponha a mão na sua própria consciência antes de acusar os outros.

Em relação à Senhora Munícipe Cidália, eu quero deixar algum tempo ao Senhor Vereador Filipe Pacheco para responder a algumas destas questões.

Relativamente à Senhora Munícipe Dalila, eu já expliquei os pagamentos, e lamento o atraso no pagamento que estava acordado, já verifiquei, vão começar a receber a partir de amanhã com retroativos. O pagamento não foi feito por causa dos cartões, houve um atraso na entrega dos cartões, foi-me confirmado que vai começar a ser distribuído com retroativos a 13 de outubro, justamente porque temos a consciência das necessidades acrescidas que os Senhores têm por estarem instalados onde estão.

Volto a dizer que, todos aqueles que terão um contrato, que estão inscritos no programa da Câmara Municipal, no "Porta de Entrada" e com um contrato e que estão entregues no IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, fazem parte de uma listagem ao IHRU, que será também o objeto da próxima candidatura

ao IHRU, uma vez que os 95 (noventa e cinco) fogos estejam concluídos. Não tenho mais tempo para lhe responder em detalhe, terei todo o gosto de o fazer depois.

O Senhor Munícipe João Carvalho, acho que temos o debate a seguir, muitas das questões que colocou terei todo o gosto de lhe responder a seguir, da mesma razão que as habitações estudantis, as residências de estudantes, também poderei responder na residência a seguir.

Meu caro Luís Filipe Pereira, eu sei que não só anda cá há mais tempo e como sabe e sei também qual é o seu empenho por este Município. Agora, garanto-lhe uma coisa, nós não estamos a complicar. E eu sei que é um homem de grande consciência e que no fundo também sabe que nós estamos a fazer aquilo que tinha que ser feito.

Por fim, eu peço desculpa a quem não respondi e sim, como mãe, Senhor Munícipe Osvaldo, como mão e penso muito nas mães e uma coisa eu sei, como mãe e é a pensar nas mães, que eu não posso admitir que hajam famílias e crianças a viverem sobre uma vala que está em risco de desabar, isso é que eu não posso permitir."

5.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero dizer que fui visada diretamente no exercício das minhas funções pelo eleito da Freguesia de Caparica Trafaria, Senhor Cristóvão, que me traz aqui questões que eu não responderei seguramente num minuto, e aliás, elas estão mais do que respondidas, sobejamente, em reuniões de Câmara e em Assembleia Municipais, e também nos órgãos da Comunicação Social.

Às vezes dá jeito baralhar questões quando elas são muito simples e muito claras. E aliás, eu queria dizer neste momento, porque estão esclarecidas as questões do Relatório de 2019, do Relatório de 2020, do Relatório de 2022, cujas declarações que prestei continuo a prestar são muito claras, e quero dizer muito em concreto, não é porque seja parca em palavras ou calculosa com palavras, é porque a verdade é a verdade e não tem outras leituras que não aquilo que são os factos que a verdade documenta.

E de facto, em 2019, há um Relatório dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que avaliam a vala. Não há Relatório de risco da Proteção Civil.

Em 2020, ainda que havendo um Relatório dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, numa visita acompanhada pela Proteção Civil, e num Relatório que o Senhor diz que foi, diz isto à Comunicação Social, foi assinado pelo Coordenador da Proteção Civil, há sim de facto, um Relatório que não avalia o risco iminente daquela vala.

E há m Relatório em 2022, que diz que há uma situação de risco e é com base nessa situação de risco, que é decretado o estado de alerta no Município de Almada. E é com base no Relatório da Proteção Civil, que é também naturalmente, reunida a Comissão de Proteção Civil e é ativado o Plano Municipal de Proteção Civil.

E, portanto, estas são as verdades, são os factos que os Senhores não querem entender e, portanto, quero dizer que, a vida toda fui de facto, muito prudente com as palavras, porque quando dizemos muitos disparates depois não conseguimos justifica-los."

5.2.3 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu começaria apenas pelas situações que foram aqui apresentadas, que não relativas ao 2º Torrão, por uma questão de celeridade.

A Senhora Munícipe Cidália Joaquim. A Senhora Munícipe Cidália Joaquim foi realojada em habitação municipal, a informação que eu tenho aqui dos serviços é que ocupou uma outra habitação, a Câmara Municipal notificou o arrendatário inicial para que ele saísse e, portanto, aquilo que foi a proposta da Câmara Municipal foi muito simples, foi que, regressasse à casa que lhe tinha sido atribuída. Eu não tenho aqui mais informação, mas estou disponível para falar sobre o seu caso concreto para perceber com mais detalhe.

Depois, relativamente também, à situação do Senhor Munícipe Henrique José, do prédio que teve um incêndio. Neste momento a eletricidade foi totalmente reposta, a Senhora Chefe de Divisão falou ao telefone ou consigo ou com o seu pai que é o arrendatário da casa, por diversas vezes. Foi-lhe até proposto se queria um alojamento transitório, por uns dias enquanto a situação não estava totalmente reposta, e, portanto, o seu pai na altura disse que tinham condições para retornar à casa e é isso que nós tomamos por bom. A Departamento de Património da Câmara Municipal, vai sinalizar a situação de danos ao seguro e estamos obviamente a tentar que isso seja o mais célere possível.

Relativamente a todas as famílias e todas as pessoas do 2º Torrão que aqui hoje vieram falar, eu não terei tempo para responder a todas as situações individualmente, mas quero dar uma primeira palavra e uma primeira palavra e porque há pouco penso que era a Senhora Munícipe Renata Camargo que nos perguntava se nos orgulhávamos do realojamento. Não é uma questão de orgulho, é uma questão de consciência, e face aquilo que aconteceu precisamente hoje, que foi o desabamento já de parte da vala eu digo-vos uma coisa, eu estou e acho que a Câmara Municipal está de consciência tranquila. Por uma coisa, porque não tenho feito outra coisa nas últimas semanas, meses, toda uma equipa inteira da Câmara Municipal, dezenas e dezenas de funcionários a não ser trabalhar para resolver esta situação.

Como é evidente nós percebemos, ninguém sai da sua habitação sem ser por escolha, sem que isso seja um processo traumático. Nós sabemos isso. Mas esta situação é uma situação de emergência. Aliás, eu estive várias vezes no 2º Torrão e eu lembro-me de haver pessoas, provavelmente alguns de vocês que me perguntavam, eu não acredito que seja uma situação de emergência, pois hoje aquilo que aconteceu com o desabamento por parte da vala, demonstra que era uma situação de emergência, nós até podemos dizer que foi por as máquinas passarem ali, mas está à vista de todos, aliás, as analises técnicas dizem isso, que aquilo é uma situação de emergência.

Dizer uma nota final que é: a todas as famílias que também ainda lá estão sobre a vala, por via de providências cautelares que foram entrepostas, eu peço alguma racionalidade que è: a Câmara Municipal, muitos destes casos foram situações que nós não tínhamos identificado, por exemplo, há pouco interveio aqui um Senhor em que até setembro a residência que existia era em Mem Martins. Agora, aquilo que nós, Câmara Municipal, estamos a propor a cada uma das famílias, independentemente da situação como é evidente, nós precisamos de documentos. A candidatura ao programa "Porta de Entrada" é feita com documentos, houve várias famílias das quais nós só recebemos documentos a semana passada. A primeira reunião geral aconteceu a 7 de junho. Existiram convocatórias para reuniões individuais com cada família. E, portanto, aquilo que eu peço, é e Câmara Municipal apresentará uma solução havendo legitimidade para tal e documentos entregues para tal ao "Porta de Entrada". E é essa a solução que nós temos para as famílias e que respeita a dignidade das pessoas."

5.2.4 – Nos termos do nº 3, do artigo 48º, no exercício do direito de defesa da honra usou da palavra o Senhor Vereador Nuno Matias.

5.2.4.1 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não podia deixar de usar da palavra em defesa da honra, porque esta semana, sempre pelo o Bloco de Esquerda, mas também por algumas pessoas que gostam de alguma confusão, com alguma surpresa, fruto também de alguma história e de alguma memória que é fácil exercer do ponto de vista do contraditório, têm dito que a minha posição tem sido lamentável, no sentido de não respeitar algumas pessoas do 2º Torrão.

E eu queria deixar claro, que o lamentável em primeiro lugar, é quem não respeita a segurança e a vida das pessoas do 2º Torrão. Face a situações de emergência e de urgência, face a problemas sociais que existem e quero deixar bem claro, que tanto são problemas socias aqueles que estão lá há 30 (trinta) ou 40 (quarenta) anos, como são problemas sociais quem está lá há 6 (seis) meses ou há 2 (dois) anos, são todos problemas sociais.

Mas como é importante que se diga de uma vez por todas e esta é a posição do PSD e não é só em Almada, é a nível nacional, a politica de habitação tem regras e tem respostas que são diferentes. Umas pela Câmara

Municipal, outras pela Segurança Social, certamente com a ajuda e intervenção do Governo Central, e, portanto, aquilo que é lamentável, é se confundir, procurar alarmar e procurar pôr em causa a segurança das pessoas. Isso é que é lamentável.

Portanto, que fique claro, que o que está aqui em causa é um problema social, mas é também um problema de segurança e de emergência, num processo que teve erros, deixar claro, e eu disse isto em reunião de Câmara, houve erros, mas houve erros num contexto de emergência, e quem não quiser compreender, das duas uma, ou quer criar alarme e confusão, ou quer criar algum problema às pessoas.

E, portanto, eu queria deixar bem claro, que o lamentável é poderem haver ainda pessoas nesta altura em risco. Aquilo que é lamentável é as pessoas quererem misturar e achar que pessoas que estão lá há 30 (trinta) anos, que foram identificadas para o plano de realojamento, têm exatamente a mesma resposta da Câmara Municipal de pessoas que, entretanto, chegaram ao Bairro. Porque, entretanto, chegaram pessoas ao Bairro e com isto eu não digo que não problemas sociais, claro que são. Mas exigem uma outra resposta do ponto de vista social. E quem não entende isto, não só não respeita as pessoas, como quer brincar com a vida das pessoas. E isso o PSD, quer a nível local, quer a nível nacional não vai admitir. E se houver pessoas que mudaram de opinião e visão, desrespeitando este principio e esta visão programática, realmente estão mal. E as pessoas certamente saberão dar resposta no tempo devido."

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveitando aqui as palavras do Senhor Vereador Nuno Matias, que muito estimo, foi isso que os munícipes vieram aqui fazer, foi coragem. Apresentar aqui olhos nos olhos os problemas que têm decorrido de todo este processo, um processo que está decidido e está visto que foi feito à pressa. Porque em 2019, há um relatório, há notas por parte dos SMAS, a não ser que, não façam fé naquilo que os vossos dirigentes municipais, a não ser que não confiem na palavra, porque aquilo é explicito, está explicito e é português. Qualquer pessoa entende o que lá está escrito. Foi negligência e desleixo, foi exatamente aquilo que aqui se passou.

E eu agora pergunto: Senhora Presidente, vemos e muito bem a Senhora Presidente nos eventos, nas inaugurações, mas Senhora Presidente, já esteve neste processo, no Bairro do 2º Torrão? Já foi lá dar a cara? A Senhora Presidente já lá foi? A Senhora Vereadora foi lá e o Senhor Vereador Filipe Pacheco também foi, a Senhora Presidente que vem aqui apresentar pomposamente as suas desculpas, mas não meteu os pés no 2º Torrão, na situação que estão a passar neste momento aquelas pessoas.

Portanto, eu devo vos dizer aqui e para terminar, é uma vergonha este processo que se está aqui a passar em Almada, uma vergonha Senhora Presidente da Câmara, também a toda a Vereação, os almadenses não estão habituados Senhora Presidente a passar por este vexame que está a acontecer no Bairro do 2º Torrão e que põe Almada na comunicação social pelas piores razões.

Eu quero apenas dizer uma coisa, nós vamos debater este processo aqui ainda mais vezes, e o CDS-PP tem muitas perguntas ainda para fazer e quer verdades e quer esclarecimentos cabais.

O CDS-PP já pediu uma Comissão Eventual para discutir todo este processo."

5.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes demais dizer que os munícipes têm o direito de comentar as atuações da Câmara Municipal e não têm de ser ameaçados com processos judiciais por exprimirem a sua opinião.

Senhora Presidente da Câmara, a ver se somos claros nisto porque acho que quem anda a tentar iludir as pessoas não somos nós.

O Bloco de Esquerda tem vindo a alertar para o caso do 2º Torrão há muitos, muitos anos, assim como tem alertado para o caso de outros Bairros, muito antes de haver relatórios sobre problemas de Proteção Civil, o Bloco de Esquerda já alertava para um problema habitacional que já ali existia.

Portanto, contrariamente ao que a senhora Presidente afirma, o Bloco de Esquerda defendia e defende o realojamento das famílias do 2º Torrão, assim como, de outras habitações indignas que continuam a existir no nosso Concelho.

No entanto, a Câmara Municipal nunca quis resolver o problema do 2º Torrão. O único motivo porque a Câmara Municipal tão celeremente agora o fez, foi porque teve de ser responsabilizada por alguma catástrofe que ali pudesse existir. E então, pôs em marcha um rápido processo de demolição do Bairro. Mas Senhora Presidente, não se resolve uma crise com outra crise, e o que a Câmara Municipal criou com este processo feito à pressa e com muita insensibilidade, foi criar uma crise social em cima de uma crise habitacional e de um problema de proteção civil. Quem andasse pelo Bairro, facilmente se apercebia que aquilo que as pessoas aqui vieram relatar hoje, do sofrimento, a quem foi dito que teriam de abandonar as suas casas sem terem nenhuma alternativa, para no dia a seguir à data limite para a qual lhes tinha sido dito que teriam de abandonar as casas, lhes ter sido dito que afinal teriam mais uma semana. O cenário era de famílias com as malas à porta, a vida empacotada à porta, sem saberem para onde iriam, crianças sem poderem ir para a escola, verem as casas onde toda a vida viveram serem demolidas. Isto é altamente traumático. Penso que importa colocarmo-nos no lugar destas pessoas, sentirmos o desespero que terão sentido, perante esta situação, que poderia ter sido evitada sim, se a Câmara Municipal tivesse feito as coisas com calma, com tempo e em estreita relação com as famílias. Coisa que não foi feita.

Mas Senhora Presidente continua a querer fechar-se no seu castelo e a afirmar que a Câmara Municipal fez tudo bem neste processo, mesmo tendo autarcas do PSD a pedirem a demissão de Vereadores, de ter membros do seu executivo a afirmar que este processo poderia ter sido menos traumático, de ter organizações insuspeitas como a amnistia Internacional, ter organizações no terreno, a comunicação social, toda a gente a alertar para os problemas que se passavam neste processo, a Senhora Presidente continuou a negar, a falar como se houvesse um complô contra a Câmara, como se a Senhora Presidente fosse a vitima deste processo, falou em teorias da conspiração.

Depois de ter ouvido aqui os munícipes a relatarem as coisas em primeiro lugar, muitos deles vieram dizer aquilo que o Bloco de Esquerda tem vindo a dizer há semanas e que a Senhora se tem rido, eu quero perguntar reiterando aquilo que já hoje aqui foi perguntado, se a Senhora Presidente continua a achar que todo este processo foi bem feito e se é um modelo que levar para outras situações de realojamento no nosso Concelho."

5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu só pedi a palavra porque às vezes fico de facto, muito surpreendido com afirmações que são feitas e mais ainda quando são feitas sobre documentos que existem e que são do conhecimento das pessoas.

Não acho, independentemente de a CDU ter solicitado este Relatório à Câmara Municipal já várias vezes, nunca nos foi fornecido, tivemos acesso a ele. É o Relatório dos SMAS de 2020. E no Relatório dos SMAS de 2020, que é assinado pelo Chefe de Divisão da DRD Sr. Carlos Lima, pelo Diretor do DGRADL, Paulo Nico Casimiro e pelo Coordenado Municipal de Proteção Civil, António Godinho, as conclusões dizem e passo a ler aquilo que aqui está escrito para não haver dúvidas: "Dado o estado de conservação verificado, é urgente a intervenção de reparação do referido túnel, assim como eliminação das ligações diretas do esgoto domestico (...) existem riscos muito consideráveis para o ambiente e para a saúde pública da população do Bairro do 2º Torrão, assim como a montante da vala." A pergunta que eu faço aqui é: o que é que este termo "riscos" significa para a Senhora Vereadora Francisca Parreira e a Senhora Presidente da Câmara Municipal?"

5.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para recordar que houve uma primeira intervenção por parte de uma munícipe sobre o transporte escolar da Escola Maria Rosa Colaço, assim como também de um outro munícipe relativamente a questões de limpeza e até da própria segurança da Escola Maria Rosa Colaço.

Portanto, sei que não têm tempo, compreendo isso, mas que à semelhança de outras ocasiões que alguém do executivo municipal se dirija aos cidadãos para lhes poder responder."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

6.2.1- Pelo Falecimento de Graciana Parente, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU), (anexo 1);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 10 de outubro, Maria Graciana Reis Soares Parente, natural da freguesia da Amora, residente em Almada durante a maior parte da sua vida, onde cumpriu o seu percurso profissional em várias escolas do Concelho e onde foi eleita local, membro da Assembleia Municipal de Almada.
Estudante da Escola Emídio Navarro, enquanto jovem, Diplomada em Engenharia Química pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, com o Curso de Estudos Superiores Especializados em Gestão Pedagógica e Educacional, Graciana Parente foi professora desde 73/74, e viria a fazer a sua carreira profissional a parir de 1979/1980 em Almada, tendo passado pelas Escolas Secundárias Emídio Navarro, onde efetuaria a sua profissionalização em exercício, Escola Secundária da Sobreda, Escola Secundária de Almada (atual Escola Secundária Fernão Mendes Pinto), e Escola Secundária da Cova da Piedade (mais tarde renomeada de António Gedeão), a partir de 1989 até 2009, data da sua aposentação.

Graciana Parente foi Presidente do Conselho Diretivo da Escola Secundária António Gedeão desde entre 1989 e 1999, depois Presidente do Conselho Executivo e Diretora até 2009, um período de 20 anos como primeira responsável pela gestão desta unidade educativa do nosso concelho.

Foi com a sua gestão que decorreu o processo que levaria à renomeação desta unidade de ensino como Escola Secundária António Gedeão, o que aconteceria em 1993, depois de um participado processo de envolvimento de toda a comunidade educativa, que teria ainda o privilégio de contar com a presença deste poeta e pedagogo na escola, em emotivas manifestações de toda a escola.

Graciana Parente foi elemento ativo de um processo de gestão democrática das escolas que, na então Área Pedagógica 12 (Almada/Seixal), foi exemplar e percursor de uma gestão escolar participada, com elevada capacidade de gestão da rede educativa de então, que veio a permitir resolver problemas de enorme pressão da procura escolar da altura, por via de uma eficiente coordenação do trabalho de cada escola, através de um secretariado inter-Conselhos Diretivos, estrutura que ainda hoje se revela de enorme pertinência e que os atuais diretores mantêm.

A 8 de Julho de 2008 foi agraciada com a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicação do Município de Almada, sendo então, com as professoras Conceição Maurício e Inês de Castro, as docentes com mais anos de gestão de toda a região.

Desde cedo com uma elevada consciência cívica, membro do Partido Comunista Português, foi eleita como Deputada Municipal de Almada, pela APU, no mandato de 1982/1985 e 1985/1989 e pela CDU no mandato de 1990/1994, tendo participado ativamente nos trabalhos da Assembleia Municipal, designadamente nas áreas da educação e ensino.

Atentas razões de mérito cívico, humano e profissional, a Assembleia Municipal de Almada delibera expressar o seu mais sentido pesar pelo falecimento da professora Graciana Parente, endereçando à sua família e em particular aos seus filhos e marido, bem como aos seus amigos, em particular aos da comunidade docente almadense a que deu o melhor de si e onde sempre se destacou, na certeza de que o seu exemplo figurará na galeria dos melhores da sua geração, a qual protagonizou a transformação de Portugal num país livre e democrático e ergueu um sistema educativo universal, democrático e participado."

12

6.2.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira.

6.2.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostava de me associar ao voto de pesar pelo falecimento da Graciana Parente, penso que é do conhecimento pelo menos de alguns Senhores/as Deputados/as Municipais, que fui colega da Dr.ª Graciana Parente na Assembleia Municipal. Tivemos um relacionamento muito gratificante em termos profissionais, como colegas e também no âmbito da Administração da Educação, também tive sempre um relacionamento muito cordial e muito construtivo com ela, e, portanto, queria afirmar isso e associar-me ao voto de pesar da CDU."

6.2.2.2 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fui colega da Professora Graciana Parente, durante décadas neste Concelho, e fui testemunha tal como o voto de pesar afirma o seu profissionalismo e empenho enquanto Professora em diversas Escolas do Concelho.

Integrei com ela também a AP12, que era o coletivo que juntava todos os responsáveis pela gestão democrática das escolas, e tal como o voto de pesar também diz, sou testemunha do seu empenho na resolução entre outros contributos que com certeza deu ao longo destes anos todos, na resolução do grave problema que tivemos no final da década de 80, da colocação de alunos por força da expansão do unificado e teve sempre a gestão democrática das escolas, a Professora Graciana uma grande defensora, a sua ação na sua construção e defesa. Por isso mesmo, os Vereadores/as do Partido Socialista, associam-se a este voto de pesar e expressam também o seu pesar ao Partido Comunista por este falecimento da Professora Graciana Parente, e enviam ao marido e filho as suas condolências.

Obviamente que nos associamos a este voto de pesar."

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação, tendo sido o Voto de Pesar pelo Falecimento de Graciana Parente, aprovado por unanimidade.

6.2.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos, relativo ao "Debate sobre Habitação no Concelho de Almada, Parque Habitacional Autárquico e 2º Torrão"

7.1-1 – Para abrir o debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou só fazer uma brevíssima introdução sobre o que foi o percurso desde 2018 e 2019.

Quero dar nota que, dentro das muitas ações mal chegamos, em 2019, concluiu-se um levantamento do parque habitacional público que tinha sido encomendado a uma empresa competente para o efeito com o objetivo de ter um conhecimento real de todas as situações que o compõem.

A partir deste levantamento podemos identificar a falta de controlo que subsistia sobre as habitações públicas do Município e as famílias que nelas viviam. Descobrimos então, que 43% das casas municipais, não tinham titulares regularizados ou não se tinha qualquer informação sobre quem lá residia. E que 50% das habitações municipais tinha necessidade de intervenções urgentes. Todas elas tinham necessidade de serem reabilitadas, umas muito urgentes, outras menos urgentes. Mas todas elas tinham necessidades de intervenção. Já para não falarmos naturalmente, do flagelo dos Bairros como o de que hoje falamos, o 2º Torrão, as Terras da Costa, que floresceram durante 40 (quarenta) anos, sem que se conseguisse e nada se fizesse para impedir a sua expansão.

Este trabalho invisível e que foi um trabalho muito difícil e que também passou pela identificação e a regularização e que permitiu aliás, todo um processo de regularização que é fundamental, demonstra que há muito tempo, que a habitação em Almada, de facto, não era uma prioridade. E que por fim, estamos pela primeira vez a falar de politica de habitação em Almada a sério, em todas as suas vertentes e eu espero que o debate de hoje assim o deixe claro.

Porque foi precisamente em 2019, que lançamos também graças a este levantamento feito por empresa independente, é bom que se diga, aliás, uma empresa que já estava em parte contratada e, portanto, nem sequer podemos estar a ser acusados de estar a contratar uma empresa fora para nos fazer serviços. Mas, em 2019, lançamos a Estratégia Local da Habitação, que visa a qualificação e o reforço da coesão social e territorial de Almada. Orientados por esta Estratégia criamos o primeiro regulamento sobre a habitação no Município, o Habit'Almada, o Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação.

Este regulamento trouxe uma importante mudança na gestão do parque habitacional público em Almada, a atribuição de habitações, passou a ser sujeita a claros critérios públicos e escrutináveis. Hoje em dia as pessoas já dizem: "eu fiquei com esta classificação, com aquela classificação", e todas as pessoas sabem porque é que têm aquela classificação, e se não concordam, podem rebater inclusivamente as classificações que receberam. E isto é um direito fundamental que até à data era-lhes negado.

Este executivo, não se revê em posições em que atribuímos aos outros responsabilidades que achamos que também são nossas. A habitação é um problema nacional, mas também é um problema local e deve haver sempre uma politica de articulação entre o Governo, as entidades do Governo, os Ministérios, Secretarias de Estado, o IHRU que é a entidade que gere o Parque Habitacional, e as Câmaras Municipais que também têm habitação municipal.

Foi esta visão, aliás, que nos permitiu celebrar ainda esse ano, um acordo de colaboração no âmbito do 1º Direito, e o Programa de Apoio a Acesso à Habitação com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, do qual resultarão a construção de 3500 (três mil e quinhentas) novas habitações, com uma capacidade para 9000 (nove mil) pessoas.

Este foi um grande debate, a grande maioria destes fogos, têm a ver com o arrendamento acessível e muitas das questões que foram aqui levantadas têm a ver com isso, mas parte deles e nós já dissemos, que é preciso 500 (quinhentos) fogos para arrendamento apoiado, o que antigamente se chamava arrendamento social, porque precisamos de reforçar também nisso.

Posso informar que atualmente, já entraram, porque esta questão da construção demora tempo, mas já entraram na Câmara Municipal 9 (nove) processos de construção e que em principio as empreitadas vão já começar para o mês que vem, para um total de construção de 232 (duzentos e trinta e dois) fogos. Portanto, já é uma realidade que começa a estar no terreno.

Com a criação do Habit'Almada passamos a ter um instrumento eficaz na gestão do parque habitacional. Importa lembrar que foram identificadas mais de uma centena de casas que tinham sido atribuídas, mas cuja as pessoas a quem tinham sido atribuídas já la não moravam, ou estão fora, ou tinham passado a chave, pelo que, já há 100 (cem) processos para desocupação, 10 (dez) já foram resolvidos e ainda há 90 (noventa) processos administrativos com toda a legalidade a decorrer e essas casas já têm pessoas para serem atribuídas. Entretanto, também já foram atribuídas 90 (noventa) habitações a novas famílias e ao nível da reabilitação, importa lembrar que já fizemos 250 (duzentas e cinquenta) intervenções de reabilitação em habitações. E mais, a recuperação integral de 2 (dois) edifícios e aos quais se somam 5 (cinco) edifícios com obra a decorrer na integralidade.

O caminho tem sido feito de forma muito empenhada, continuada, isto é um tema complicado, muito do que foi aqui referido hoje, temos a perfeita consciência da dificuldade dos jovens, a dificuldade dos estudantes, a dificuldade de uma classe média, o aumento dos preços, mas volto a dizer, Almada precisa de construir. E por isso, a construção dos 95 (noventa e cinco) fogos está prestes a ser lançada, já há empreitada para a construção e estamos neste momento a finalizar o projeto de no mínimo mais 115 (cento e quinze) fogos junto às Terras da

Costa da Caparica, sendo que temos mais projetos para lançar noutras zonas do Concelho. Adicionalmente temos também avançado com a reabilitação de 427 (quatrocentos e vinte e sete) fogos pelas diversas Freguesias do Concelho, num investimento total de mais 3.400.000.00€ (três milhões e quatrocentos mil euros) tudo isto são objeto de candidaturas do PRR, seja para a construção, seja para a reabilitação.

Senhores/as Deputados/as Municipais, a habitação é não tenho dúvida nenhuma, neste momento, um dos nossos maiores flagelos sociais. É um problema nacional a todos os níveis, que tem uma expressão gravíssima aqui em Almada. Sempre o dissemos claramente e por isso sempre apresentamos a habitação como uma prioridade. Mas não basta dizer que é uma prioridade, é preciso tomar medidas. A única medida possível para muitos dos problemas é a construção. A construção, infelizmente, se não queremos pôr pessoas em contentores como hoje alguém falava disso, é um processo longo. Por isso, também importa regularizar, libertar todas as casas que estejam emparedadas, têm todas sido desemparedadas, estamos a atribuir casas, às vezes sem condições para que não sejam ocupadas numa distribuição que é justa, transparente e clara. Porque a habitação se é um direito fundamental as politicas sociais só se podem reger por um principio, é o principio da justiça."

7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldes (CDU), José António Rocha (BE), José Alberto Lourenço (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Sérgio Faria Bastos (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), António Francisco Salgueiro (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a situação no Bairro do 2º Torrão, as primeiras palavras da CDU são para as famílias desalojadas.

Neste processo de "desalojamento", não se deu prioridade às pessoas! A Câmara Municipal de Almada não cuidou, em tempo útil, das famílias, dos seus problemas do dia-a-dia; não teve em consideração a sua organização enquanto núcleo familiar, que passa, entre outras coisas, pelo acesso ao local de trabalho, e pela escola e creches das crianças.

Sabemos que qualquer processo de realojamento comporta mudança de hábitos, de rotinas, quebra de laços, distanciamento de amizades construídas ao longo dos anos, quer entre adultos quer entre crianças. Daí, a obrigação de quem o executa não adicionar mais problemas àqueles que não podem ser evitados. Neste processo de "desalojamento" no Bairro do 2º Torrão, não foi esse, objetivamente, o caso.

Queremos, no entanto, reconhecer publicamente o dificílimo trabalho levado a cabo pelos Trabalhadores do Município que, no terreno e cumprindo escrupulosamente as orientações que superiormente lhes foram transmitidas, desempenharam – e continuam a desempenhar – as suas funções, com o mais elevado sentido de profissionalismo e de missão de serviço público. A Câmara Municipal de Almada nunca deveria ter enviado para o terreno os seus Trabalhadores, sem que estivessem plenamente determinados os locais de alojamento alternativo e de emergência a propor a cada uma das famílias.

Infelizmente, o desempenho dos trabalhadores do Município é o único aspeto positivo que retiramos deste processo. Em tudo o resto, desde a sua organização à sua execução no terreno, aquilo a que assistimos – e os eleitos da CDU acompanharam, em permanência e de muito de perto, todo o processo – deixa-nos fortíssimas preocupações.

Desde o início deste processo, a Câmara Municipal de Almada não foi transparente. E continua a não ser transparente. Chegados a este dia, quando nos reunimos para abordar questões de habitação e do 2º Torrão, desconhecemos, com exatidão, quantas habitações precárias foram demolidas, quantas famílias e quantas pessoas, adultos e crianças, foram desalojadas, onde e em que condições essas famílias e essas pessoas foram e estão temporariamente realojadas; desconhecemos, igualmente, que perspetiva de futuro em matéria de uma habitação condigna a Câmara Municipal lhes garante e em que condições. Não obstante requerida há longo tempo pela CDU, a maioria na Câmara Municipal optou por sonegar esta informação, mantendo uma espessa

cortina de silêncio e secretismo sobre uma matéria que devia ser tratada com a maior transparência e proximidade possíveis.

Mas sabemos, porque isso verificamos no terreno, que não foi concretizado nem o "realojamento" de uma parte dos residentes no local – as situações "não elegíveis", expressão da própria Câmara Municipal, aliás nunca clarificada, mas às quais a Câmara Municipal não pode negar a sua obrigação de encontrar uma resposta adequada às questões humanas e sociais que colocam –, nem a demolição da totalidade das residências precárias previstas, essencialmente resultado da interposição de diversas providências cautelares, todas elas aceites pelos juízes, que mandaram suspender a demolição das residências, e estabeleceram um prazo para que a Câmara Municipal resolvesse a situação habitacional dos casos envolvidos. Esta intervenção da justiça dá, também, razão às preocupações expressas pela CDU ao longo deste processo.

A verdade é que nos encontramos hoje perante a consumação de uma intervenção que representa, de forma inquestionável, uma imensa desestabilização e uma profunda alteração na vida destas pessoas. E a verdade, também, é que a Câmara Municipal de Almada não conseguiu estabelecer um quadro firme e objetivo de resposta plena às necessidades de realojamento de um número significativo de famílias e pessoas. Esta realidade confirma que, perante uma emergência – que a própria Câmara Municipal decretou –, não foram mobilizados os recursos e encontradas a tempo e horas as respostas e soluções capazes e suficientes para acautelar todas as necessidades humanas e sociais que uma situação desta natureza implica.

E foi assim que assistimos, em direto e ao vivo, a máquinas que demoliam residências já desocupadas, enquanto se desenrolavam, logo ali ao lado, negociações – por vezes algo tumultuosas – para se encontrarem alternativas de habitação para algumas famílias que ainda as não tinham. Soa surreal; mas foi uma parte daquilo que se passou ao longo de seis dias no Bairro do 2º Torrão!

A Câmara Municipal não cumpriu, também, a promessa sempre feita às famílias e pessoas envolvidas neste processo, que o realojamento de emergência, enquanto solução transitória, ocorreria ao abrigo do Programa do Governo Porta de Entrada, e através da celebração de contratos de arrendamento em condições favoráveis, válidos até ao momento do seu realojamento definitivo em habitações municipais.

Para a grande maioria, a solução de "realojamento" que foi encontrada – em unidades hoteleiras ou em parques de campismo, muitas delas fora do Concelho de Almada, em todos os casos separados dos seus bens materiais, e em alguns casos separando as próprias famílias –, não pode ser considerada uma solução de realojamento, mesmo provisório, traduzindo uma enorme precariedade insustentável a muito curto prazo.

Estamos a falar e a tratar de pessoas, Senhores/as Deputados/as Municipais. De pessoas iguais a todos e a cada um de nós que nos reunimos nesta Assembleia! Este é o foco principal e prioritário das preocupações que aqui expressamos: as pessoas, os seres humanos cujas vidas estão, neste momento, profundamente afetadas por um processo que, basta atender às palavras da Vereadora responsável pela Proteção Civil, podia (devia, dizemos nós!) ter sido "menos traumático" (SIC Notícias, 14 de outubro de 2022).

Estamos a falar de pessoas como nós que não têm, neste momento, qualquer compromisso firme, oficial, por escrito e assinado por quem de direito por parte da Câmara Municipal de Almada, de que serão prioritariamente realojadas em habitações municipais condignas, e no mais curto espaço de tempo possível. Pessoas como nós, mas a quem as perspetivas de futuro, mesmo não sendo as melhores e mais adequadas, foram repentinamente suspensas, e nenhuma perspetiva de regresso à normalidade lhes é apresentada.

Por isso, a CDU coloca à consideração desta Assembleia Municipal a aprovação de uma recomendação – a mesma recomendação que, infelizmente, foi rejeitada pela maioria na reunião da Câmara Municipal do passado dia 17 de outubro –, que visa a assunção desse compromisso formal, oficial, por escrito e assinado, por parte da Câmara Municipal de Almada.

Neste quadro profundamente negativo, a CDU entende que é necessária, e urgente, uma alteração radical da política e da gestão deste processo por parte da Câmara Municipal.

É necessário, e urgente, que a todas as famílias e pessoas provisoriamente "realojadas" em condições precárias em unidades hoteleiras, parques de campismo e outros equipamentos similares, seja assegurado o realojamento transitório em habitações com condições dignas e adequadas à sua estrutura familiar.

A terminar, regressemos por momentos ao início de todo este problema: a questão da segurança da estrutura da vala de drenagem de águas pluviais, o cerne da iniciativa desencadeada pela Câmara Municipal. Também a este nível é necessário e urgente que a Câmara Municipal informe, com transparência e de forma exaustiva, qual será o passo seguinte. O risco de eventual desmoronamento daquela infraestrutura não desapareceu com a retirada daqueles que residiam sobre a sua cobertura. Permanece no terreno, e a acontecer trará graves consequências, não apenas para o que ainda fica do Bairro do 2º Torrão, mas para todo o sistema de drenagem que aquela vala integra. É necessário, por isso, que todos conheçamos os riscos que efetivamente ocorrem naquele local e naquele sistema hidráulico, e as medidas efetivas que serão adotadas para os eliminar. "

7.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Bloco de Esquerda tomou a iniciativa de requerer esta Assembleia uma Sessão Extraordinária para debater a crise de habitação em Almada. Este é infelizmente um problema estrutural de há muitos anos, fruto do descaso dos sucessivos governos e executivos municipais.
Por falta de políticas públicas, a habitação, em vez de ser um direito, tornou-se um luxo, com o valor das rendas e da compra de casa a disparar à medida da especulação imobiliária.
Vivemos num País onde as rendas são completamente desfasadas da realidade, onde os jovens se veem obrigados a ficar nas casas dos pais e onde já nem o salário médio chega para pagar os gastos com a habitação.
Os programas públicos que visam responder a algumas destas necessidades, como o "Primeiro Direito" ou o "Programa de Arrendamento Acessível", são lentos e insuficientes para o drama que vivemos agora.
Sem promessas de um futuro melhor, e sem compromisso com o presente, de quem não consegue encontrar uma casa onde viver, são também demasiado dependentes do Plano de Recuperação e Resiliência.
A aprovação da Lei de Bases da Habitação foi um passo importante, que resultou da negociação entre os partidos de esquerda e o PS, mas, passados dois anos, ainda pouco saiu do papel.
O que o Governo fez, foi manter intocados os mecanismos de mercado que têm agravado a especulação imobiliária e a intervenção das finanças na habitação.
A submissão ao turismo desenfreado e aos benefícios fiscais, como é o caso mais que evidente dos Vistos Gold, que concede benefícios fiscais como o regime fiscal para residentes não habituais.
E esta é também uma visão da Câmara Municipal de Almada, que em vez de investir verdadeiramente na carência habitacional do nosso município, aposta nos programas governamentais e fundos europeus, ou seja, depende deles.
Ao mesmo tempo, em Almada multiplicam-se os grandes investimentos imobiliários que nem respondem à maioria da população.
Sabemos que Portugal tem apenas 2% de habitação pública, e que noutros países europeus ultrapassa os 40%.
Também sabemos que Almada é o sétimo concelho com as rendas mais altas do país.
Arrendar casa nesta terra é uma tarefa hercúlea. Se o executivo não vê aqui um problema, então o problema está no executivo.
É preciso travar a especulação e combater a gentrificação e o abandono dos jovens de Almada, que acabam por ser expulsos por não terem possibilidade de pagar as rendas proibitivas que se praticam no nosso município.
É preciso controlar o valor das rendas e construir um parque público de habitação que dê resposta à urgência que vivemos, com preços justos e que sejam comportáveis para qualquer pessoa.
Propomos uma verdadeira política pública de habitação, que inclui a oferta pública de habitação, o controle do valor das rendas e a proteção dos moradores face à especulação e os abusos dos grandes fundos financeiros.
É inadmissível que os jovens não possam sair da casa dos pais com o preço das rendas. Já para não falar dos milhares de jovens que agora ingressam no Ensino Superior e que estão em risco de abandonar os estudos por falta de alojamento.

O Governo prometeu 12 mil camas em residências universitárias entre 2019 e 2022, mas sabemos hoje que nenhuma dessas camas prometidas foi entregue.
O número de camas disponíveis no alojamento estudantil público para estudantes deslocados não chega aos 10%, uma das mais baixas percentagens na União Europeia.
O Governo do Partido Socialista falhou aos estudantes e continua a falhar, deixando-os à mercê de um mercado de arrendamento caracterizado pela especulação e inflação.
Especulação imobiliária, gentrificação, subida do preço das casas, aumento das taxas de juro, inflação. Tudo isto é incomportável para quem pretende morar na sua cidade e depende dos salários miseráveis praticados no nosso país.
A gentrificação é uma realidade. A especulação imobiliária é uma realidade.
E quando se esperava que os poderes local e central tomassem uma posição sobre estes problemas, eis que é o próprio poder local e central que dão força a estes problemas, que aprofundam estes problemas, que incentivam a gentrificação e a especulação imobiliária.
Sabemos que a responsabilidade histórica do problema da habitação é maioritariamente do governo, mas a verdade é que a autarquia de Almada não tem andado bem nesta questão.
Um claro exemplo disso é a forma tardia como iniciou e conduziu o processo de realojamento de emergência no Bairro do 2º Torrão.
Dizemos claramente: aquele realojamento era necessário - e continua a ser necessário - mas começou tarde e foi mal feito.
o relatório do SMAS de novembro 2019 e posteriormente um novo relatório de março de 2020 já alertavam para o facto de estar em causa a segurança da vala de escoamento de águas pluviais, e da necessidade de retirar as casas precárias construídas em cima desta infraestrutura.
Sabemos o que é reportado nestes relatórios, indica a necessidade da intervenção, que apenas foi iniciada após vistoria efetuada no final de março de 2022, e a pergunta que se impõe é: porquê? Porque é que não se deu início a este processo aquando da elaboração do relatório de 2019 ou no limite do relatório de 2020?
E repito, poderia e deveria ter sido feito atempadamente e não foi, e perante a forma atabalhoada de como este processo foi iniciado e conduzido, o que assistimos foi a uma estratégia de chantagem e intimidação por parte da autarquia, com uma postura de tremenda arrogância, desmentindo todos os factos que temos observado e constatado no terreno, o testemunho dos moradores, e mais, negando até tudo o que tem sido dito pela amnistia.
Assistimos a uma clara violação dos direitos humanos e da Constituição Portuguesa, que defende o direito a uma habitação digna.
Perante estes factos, perante os testemunhos que as pessoas aqui nos deixaram, como é que podemos classificar a atuação da Câmara Municipal? Desinteresse, irresponsabilidade, insensibilidade, incompetência, preconceito? Digam-nos os Senhores.
Mas não posso terminar sem deixar aqui algumas notas sobre o que temos ouvido nas últimas reuniões de Câmara sobre este processo, e começo pelas intervenções do Senhor Vereador Nuno Matias, que perante pessoas fragilizadas, a viverem nos limites da sua dignidade humana, numa situação de total desespero, sempre que intervém é para dizer que existe muita gente a aproveitar-se desta situação, aproveitar-se do quê, Senhor Vereador? Quando nós falamos desta situação é sobre famílias elegíveis ou não, dependendo dos requisitos que a Câmara exige para que o sejam, que a Câmara entende necessários para o realojamento, falamos de pessoas identificadas e sinalizadas pela Câmara, portanto não faz qualquer sentido é completamente descabido o que é dito pelo vereador Nuno Matias do PSD, e mais, provavelmente entusiasmado com os ataques constantes da Senhora Presidente ao Bloco de Esquerda, a estas afirmações despropositadas, ainda acrescenta a mentira de que o Bloco de Esquerda é um Partido que instiga as pessoas a ocuparem casas.
Mas as acusações que faz a estas pessoas e as mentiras sobre o Bloco de Esquerda não deveriam ser a sua preocupação Senhor Vereador, a sua preocupação devia de ser a de ouvir o autarca do PSD na Caparica Trafaria, que publicamente acusa a Câmara de inação e desprezo pelas pessoas e que diz em Assembleia de Freguesia que o Senhor Vereador Filipe Pacheco deveria demitir-se. E sim, Senhor Vereador, esta deveria ser a sua preocupação aconselhar-se com este autarca do seu partido. e podia ser que adquirisse ou pelo menos aprendesse a manifestar alguma sensibilidade social nas suas intervenções.

E Senhora Presidente, na reunião de Câmara na passada 2ª Feira, a Senhora quando questionada pelo Vereador em substituição do Bloco de Esquerda sobre uma situação divulgada num órgão de comunicação social, a sua resposta foi de que o nosso Vereador deveria demitir-se. E o que lhe dizemos hoje nesta Assembleia Municipal, é que perante a forma tardia e precipitada de como todo este processo tem sido conduzido, depois de todos os testemunhos de todas estas pessoas que aqui intervieram, é claramente revelador de uma enorme irresponsabilidade e incompetência, a Senhora Presidente é que deveria demitir-se e não o Vereador do Bloco de Esquerda."

7.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos cinco anos com o PS na Câmara Municipal de Almada agravaram-se muito os problemas da habitação no nosso C oncelho, como os próprios diagnósticos que acompanham a Estratégia Local de Habitação de 2019 e a sua primeira atualização de 2021 demonstram, já que da primeira para a segunda se conclui ser necessário construir ou reabilitar mais 1 394 (mil trezentos e noventa e quatro) fogos. Antes estimava-se em 8 010 (oito mil e dez) a necessidade de construção ou reabilitação de fogos agora esse número sobe para 9 404 (nove mil quatrocentos e quatro).

Neste mesmo período, se é verdade que não foi possível construir nenhum fogo e se reabilitaram muito poucos, depois de como o próprio levantamento do Parque de Habitação Social Municipal feito nos primeiros meses de 2019, por uma empresa contratada pelo município, ter confirmado que entre 1980 e 2017, foram construídos 1 811 (mil oitocentos e onze) fogos municipais, o que corresponde a 78,2% do Parque de Habitação Municipal atual, também é verdade que o município aprovou uma Estratégia Local de Habitação, que dois anos depois ainda mal a tinha implementado, já procedia à sua primeira atualização.

Dirá o executivo municipal que tal aconteceu porque se verificaram grandes alterações neste período tanto ao nível do enquadramento legal como dos instrumentos financeiros.

Diremos nós, após comparação da Estratégia Local de Habitação e da sua atualização que a razão fundamental porque se fez esta atualização foi procurar com ela retirar o maior proveito financeiro do PRR, nem que para tal se passe a admitir, aquilo que sempre se procurou negar – a necessidade de construção de habitação municipal para responder às necessidades da nossa população viva ela em habitações precárias, núcleos habitacionais degradados ou necessite da habitação e por opção ou insuficiência financeira não queira optar pela compra de habitação própria.

Viver em habitação social arrendada, não tem de ser um estigma social como mostra o peso que este tipo de habitação tem hoje em muitos países desenvolvidos e é incompreensível o baixíssimo peso da habitação social no nosso parque habitacional nacional.

Portugal é dos países da Europa com mais baixa percentagem de habitação Social, cerca de 2%, enquanto essa percentagem nos países mais desenvolvidos ultrapassa os 10% havendo mesmo casos em que atinge os 20% (Países Baixos, Dinamarca e Suécia).

Vemos com bons olhos esta alteração profunda na Estratégia Local de Habitação, tememos que, dado o curto espaço de tempo que existe para se poderem construir estes fogos beneficiando do PRR (até 2026) e a muito preocupante incapacidade até agora demonstrada por este executivo municipal, todo esse financiamento seja perdido e esta Estratégia Local acabe por não sair do papel e mais dia menos dia tenha que ser novamente revista.

Para aqueles que possam estar mais distraídos, vale a pena confrontar o volume de investimento em Habitação, com que esta Câmara Municipal se comprometeu em julho do ano passado no âmbito da atualização da Estratégia Local de Habitação para financiamento pelo PRR até 2026, com aquilo que atualmente preveem executar no decorrente, e no próximo ano e mais doloroso ainda com aquilo que até agora terão executado.

Permitam-me um ponto prévio: para aqueles que possam duvidar de que aquilo que afirmo é verdade, diga-se que estes quadros constam das páginas 77 a 80 da Estratégia Local de Habitação aprovada em julho do ano passado.

Nestes quadros a Câmara Municipal compromete-se a investir em habitação entre 2021 e 2026, 170.600.000.00€ (cento e setenta milhões e seiscentos mil euros) beneficiando desta intervenção 2 276 (dois mil duzentos e setenta e seis) agregados familiares. Em seis anos, desculpem o humor, são apenas 28.400.000.00€ (vinte e oito milhões e quatrocentos mil euros) por ano de investimento em habitação, mais do dobro do investimento total anual que esta Câmara Municipal teve capacidade para executar nos últimos 5 anos.

Mas, entretanto, se foi com isto que se comprometeram com o PRR, a verdade é que olhando para o Plano Plurianual de Investimento que está aprovado, preveem investir em habitação no corrente ano 5.400.000.00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros) e no próximo ano 33.400.000.00€ (trinta e três milhões e quatrocentos mil euros), ou seja, pouco mais de metade daquilo com que se comprometeram.

Mas, não é tudo, o corrente ano já vai muito adiantado e até ao final de agosto passado, do orçamentado em habitação executaram apenas 534.000.00€ (quinhentos e trinta e quatro mil euros), ou seja 10% dos 5.400.000.00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros) que tinham previsto e 2% daquilo com que comprometeram com o PRR.

Em síntese sobre esta matéria, como sobre outras, todos vamos estando habituados a que prometam este mundo e o outro, para no fim os nossos cidadãos a viverem em condições mais difíceis terem uma mão cheia de nada.

Aquilo a que assistimos nas últimas semanas com a operação de desalojamento de emergência no Bairro do 2º Torrão é o primeiro exemplo de que como esta Estratégia Local de Habitação confrontada com a realidade se mostrou completamente desajustada.

Aconselhamos todos aqueles tiveram responsabilidades políticas diretas naquilo que aconteceu no 2º Torrão que revisitem o decreto-lei que estabelece o 1º Direito de que tanto falam, nomeadamente o seu artigo 3º que define os seus princípios e percebam que muito daquilo que está acontecendo com estas famílias vai contra aquilo que a lei determina.

Permitam-me ainda que sobre a Estratégia Local de Habitação que o executivo PS aprovou, teçamos umas breves considerações na continuação daquilo que aqui já afirmámos quando a 1ª versão foi aprovada.

Estamos perante uma Estratégia Local de Habitação que foi elaborada a pedido deste executivo Municipal PS, sempre com a anuência do PSD, que não teve a mínima participação, sublinhe-se mínima, da Assembleia Municipal, em que não participaram as Juntas de Freguesia, as Associações de Moradores, as Associações de Comproprietários das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, as organizações de juventude, muitas outras organizações e a população em geral.

Afinal nem parece que estamos a tratar de um direito constitucional, agora consagrado em Lei de Bases da Habitação e como diz o seu artigo 2º:

1. Todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicção política ou ideológica, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência, ou condição de saúde.
2. A presente Lei aplica-se a todo o território nacional.

Assim sendo porquê um executivo municipal decidir por si aquilo a que todos nós diz, respeito?

A leitura da Estratégia Local de Habitação explica muitos dos temores deste executivo com o seu debate público.

Como é que este executivo municipal explicaria aos atuais moradores em bairros municipais que em cada três anos, entre 10 a 15% das habitações municipais, seriam disponibilizadas através de uma melhor gestão do

parque habitacional. Ou seja, entre 230 (duzentos e trinta) a 347 (trezentos e quarenta e sete) fogos estariam disponíveis, porque os atuais moradores deixariam de reunir condições para ali viver?

É difícil encontrar para os nossos munícipes a residir nos bairros municipais pior sentença do que esta, numa altura em que a habitação a preços acessíveis é um bem que não existe em Almada.

Uma nota final para chamar à atenção desta Assembleia Municipal e em particular do Senhor Presidente, que de acordo com o Artigo 23º - Relatório Municipal de Habitação: "A câmara municipal elabora anualmente o relatório municipal da habitação, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, com o balanço da execução da política local de habitação e a sua eventual revisão".

Não temos conhecimento até hoje e, a Lei de Bases da Habitação foi aprovada em 3 de setembro de 2019, que este relatório municipal referente a 2020 e 2021 tenha sido submetido à nossa apreciação, da mesma forma que nada sabemos sobre a elaboração da Carta Municipal de Habitação prevista no artigo 22º desta mesma Lei.

Esperamos que num das próximas Sessões desta Assembleia Municipal esses documentos nos sejam apresentados porque essa é também uma das formas de se cumprir qualquer Estratégia Local de Habitação. Divulga-la e submete-la à apreciação dos Órgãos Executivo e Deliberativo Municipais."

7.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada é o terceiro Concelho da Área Metropolitana de Lisboa com maior carência habitacional, tendo cerca de 2800 (duas mil e oitocentas) famílias a precisarem de realojamento e sendo apenas ultrapassado por Lisboa e pela Amadora, segundo um estudo do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, já de 2018.

Ao contrário do que seria desejável, nos últimos nos, os bairros ilegais e precários, aumentaram em vez de diminuir. O 2º Torrão e as Terras da Costa são os maiores e mais conhecidos, mas existem muitos outros mais pequenos cerca de 62 (sessenta e dois) no total.

Existem também muitas pessoas que vivem em caravanas, vemos mesmo parques com caravanas espalhados por vários locais da cidade e existem várias dezenas de pessoas em situação de sem abrigo.

Existe ainda muitas pessoas que vivem em casas sem condições de habitabilidade, onde chove, onde têm humidade, onde passam muito frio no inverno e muito calor no verão.

Almada tem cerca de 5000 (cinco mil) habitações sociais e irá construir mais 95 (noventa e cinco) fogos nos próximos anos. Embora a construção de novas habitações possa ser uma resposta necessária e mais imediata, não é o caminho sustentável e por isso são necessárias medidas a longo prazo que permitam por um lado uma boa gestão do parque habitacional social, sendo o mesmo utilizado por quem efetivamente precisa, e por outro uma forte aposta na reabilitação da habitação existente, assim como incentivos ao arrendamento por parte de proprietários privados.

O Relatório de 2019 como já foi referido aqui acerca do parque de habitação social de Almada é bastante preocupante. Dá conta que a grande maioria das casas têm anomalias que afetam o conforto ambiental, qualidade do ar e a salubridade, assim como anomalias que afetam a habitabilidade e funcionalidade. Para além disso sinaliza ainda diversas situações de inconformidade relativamente à ocupação assim como vários fogos emparedados.

Assim, a procura crescente de habitação em Almada devido ao aumento do número de habitantes, o aumento dos preços das casas, conjugada com por um lado, a fraca oferta de habitações a preços controlados e por outro, ao estado das habitações sociais e à necessidade premente de reabilitação, leva a que o número de pessoas a viverem em bairros precários e em habitações precárias, em caravanas, em ruinas, continue a aumentar.

Hoje, todos sabemos que o problema da habitação não se resolve com a construção de bairros sociais que rapidamente se transformam em guetos, ostracizados, esquecidos, abandonados à sua sorte, outras vezes

fazendo uso dos espaços sem regras e sem qualquer fiscalização. Os bairros de uma cidade, podem divergir em diversos aspetos, mas têm a convergir naquilo que é essencial, a proximidade e a acessibilidade as escolas, centros de saúde, supermercados, transportes públicos, jardins e parque teatros e bibliotecas. A segurança e limpeza de ruas, ciclovias, passeios, uso do espaço público, tem que ser transversal a todo o Concelho.

Hoje estamos aqui também para falar sobre a situação que está a viver o 2º Torrão, para uns de fora e para outros de dentro.

Visitei o 2º Torrão depois da demolição das casas que se encontravam em cima da vala, e confesso que a sensação que tive era que estava de momento na Ucrânia, numa zona de guerra cheia de estroços de outrora casas. Não obstante a necessidade urgente de realojar as pessoas que viviam em cima da vala, por questões de segurança das mesmas, e não pondo em causa o esforço e a dedicação de todos os envolvidos no processo, parece-nos que dado o panorama em Almada e o curto espaço de tempo com que os realojamentos tinham de ser feitos, tinha tudo para não correr bem.

São vários os relatos de pessoas confusas, angustiadas, desesperadas por verem desabar o único local a que poderiam chamar de casa. Sendo que para nós faz sentido que estas casas não existam para algumas daquelas pessoas eram tudo o que tinham. Sim estas situações são dramáticas, são violentas, são difíceis, para quem está do lado de cá e sobretudo para quem la está todos os dias a viver aquela situação.

Mas e embora o PAN entenda que a segurança de pessoas, animais e bens deve se sobrepor à permanência em local de risco, deixamos aqui apenas algumas questões e considerações.

Ainda que só em 2022 tenha existido de facto, o alerta inequívoco que existia um risco real de desabamento por parte da vala, é fácil prever que este cenário iria acontecer mais tarde ou mais cedo. O aumento de número de casas, os furos diretos a que a vala foi sofrendo, o aumento do uso e pressão assim como a instabilidade climática que vivemos, são alertas que nos diziam que era necessário tomar medidas urgentes para o realojamento das pessoas do 2º Torrão. Hoje é a vala, amanhã pode ser a subida do nível do mar que deixa toda aquela zona totalmente inabitável.

Para além da precaridade do Bairro existem questões de segurança, também há muito conhecidas e para as quais há muito se deveria ter tomado medidas.

Após as demolições o entulho deixado no bairro tornou-o ainda mais precário e desolador, pondo mesmo em risco crianças e animais que passam e sobem o entulho. Assim questionamos o porquê de o entulho não ter sido removido de forma gradual enquanto se faziam as demolições e porque o mesmo não está delimitado de forma segura sem permitir o acesso ao mesmo?

Finalmente, há cerca de um mês, o PAN reuniu com o Vereador Filipe Pacheco e com a Associação Cova do Mar, para discutir a questão dos animais que habitam o 2º Torrão. Por um lado, questionamos se as famílias têm animais e que estão agora a ser realojadas se iriam poder levar os seus animais consigo e por outro propusemos a criação de uma estratégia para assegurar que os animais comunitários do Bairro continuam a ter assistência e não ficariam para trás aquando dos realojamentos futuros.

Na reunião foi-nos assegurado que todas as pessoas com animais iriam poder leva-los já que estes fazem parte do agregado familiar e que as situações em que as pessoas ficassem em unidades hoteleiras os animais ficariam no Centro de Recolha Oficial temporariamente.

Assim, gostaríamos de saber o ponto da situação em relação a esta temática uma vez que nos tem chegado diversas queixas de moradores e cuidadores."

7.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada tem sido, nestes últimos anos, uma alternativa a viver em Lisboa.

A margem direita do Tejo tem condições para expandir e para poder receber novos Cidadãos que procuram este Município para viver e trabalhar.

A oferta da Habitação não acompanha o ritmo da procura, o que fez com que os valores das habitações, tanto na aquisição de imóveis, como para arrendamento, tenham sofrido aumentos substanciais e completamente impensáveis há uma década.

Com o aumento da procura de habitações e construção das mesmas, tudo tem de aumentar exponencialmente, nomeadamente, as escolas, os hospitais, os serviços, as ETAR, a rede elétrica, as infraestruturas e todas as demais estruturas necessárias para o bem-estar da população.

Não podemos ter Freguesias sem Escolas Secundárias ou com défice de escolas de 2º e 3º Ciclos.

Infelizmente temos um executivo que planeia a anuncia projetos megalómanos, projetando construir mais 3500 (três mil e quinhentos) fogos, embora as infraestruturas continuem a ser negligenciadas e não inscritas em Planos de Ordenamento do Território.

Continuamos a ser um Município estrangulado pela ponte sobre o Tejo e dependente desta única travessia.

Deixando este executivo e o governo, o projeto do Túnel Trafaria-Algés na gaveta (defendido pelo Chega no programa autárquico) e ignorando as necessidades da população, gerando um prejuízo imenso para todos os Almadenses.

Da mesma forma, sabemos que a rede de fornecimento de água está altamente degradada e sem o investimento previsto, face à necessária e urgente intervenção e recuperação, produzindo inúmeros problemas de fornecimento que sentimos hoje em dia, e uma perda de água inaceitável para os dias de hoje, com o impacto ambiental que conhecemos.

Uma vez mais o PS está a construir a casa a começar pelo Telhado.

Depois vem o desrespeito pelos proprietários e investidores privados.

As AUGI em Almada arrastam-se anos intermináveis, apesar do esforço financeiro já efetuado pelos moradores para a sua legalização.

A morosidade de anos nos projetos de reconversão, não pode ser explicada apenas pela sua complexidade, ou por um abandono processual que em nada dignifica o nosso Município.

Das 97 (noventa e sete) AUGI identificadas, 43 (quarenta e três) ainda não estão em fase de legalização o que é alarmante porque permite a proliferação da Génese Ilegal, perpetuando a falta de infraestruturas e boas práticas ambientais e sociais.

Da mesma forma, vemos que este executivo, e diga-se a verdade nos executivos anteriores, negligencia a fiscalização, numa total ausência da mesma.

Os bairros proliferam no nosso Concelho tendo nos últimos 20 (vinte) anos aumentado a olhos vistos.

Não dignificando, mais uma vez, o Concelho nem quem lá vive e habita.

Temos mais de 60 (sessenta) Bairros ilegais em Almada, com um aumento preocupante nos últimos anos.

Relativamente ao parque habitacional de Almada é chocante saber que, de mais de 220 (dois mil e duzentos) fogos, 700 (setecentos) se encontravam mal identificados e com o mesmo Número de Contribuinte.

Ou seja, durante anos não se controlou quem estava nas habitações.

Senhora Presidente, quantas habitações não pagam renda? Quantos são os processos em execução existentes?

Da mesma forma durante anos não houve critérios auditáveis de atribuição das mesmas. Durante largos anos a Cor do Cartão de militante era escolha preferencial.

Senhora Presidente, quantas habitações estão ocupadas indevidamente?

A construção em si foi feita da forma mais barata possível, sem controlo de qualidade, o que ocasionou que prédios com 20 (vinte) anos se encontrem num estado de absoluta degradação.

Mas a degradação não pode ser só atribuída à falta de qualidade na construção, ou ao abandono deste executivo à realização de obras preventivas.

O desrespeito com que alguns beneficiários de habitação social tratam as mesmas é revoltante. As imagens recebidas de habitações destruídas e vandalizadas é algo que choca todos os que pagam impostos.

Há algo que fica sempre esquecido quando falamos de habitação social.

Quem a paga e suporta a despesa?

É a Classe média altamente penalizada por prestações mensais referentes aos seus empréstimos, subida abrupta do custo de vida, ausência de subsídios do estado, que paga toda a habitação social e todo o executivo com os seus impostos.

Esta classe média vê que o ciclo de pobreza não fica interrompido com a atribuição de uma habitação social, com aluguer a custos reduzidos. Este ciclo é perpetuado de geração em geração, são raras as famílias que conseguem pelo seu próprio pé deixar de necessitar deste apoio do estado.

O Estado nada faz para incentivar a quebra do ciclo de pobreza.

Almada apresenta um quadro brutal de crescimento das candidaturas à Habitação Social, teremos todos de repensar as políticas que estão a ser postas em prática e refletir sobre quais serão as melhores soluções para os problemas sociais, face às necessidades crescentes da população.

Infelizmente quem nasce em habitações sociais, vai precisar estatisticamente de uma ajuda, aumentando exponencialmente o número de habitações necessárias, como se vê nos últimos 40 (quarenta) anos.

O que devia ser um apoio temporário de habitação até a família ter condições para ser um membro independente e contributivo da sociedade, raramente o é, tornando-se uma sentença de segregação e abandono por parte do Governo.

Segundo um antigo provérbio chines:

"Dê ao homem um peixe e ele se alimentará por um dia. Ensine um homem a pescar e ele se alimentará por toda a vida."

40 (quarenta) anos de políticas de esquerda podem ter retirado algumas pessoas da rua, mas nada fizeram para promover a dignidade humana e a autorresponsabilização.

Só com autorresponsabilização evoluímos, melhoramos, procuramos melhores condições para os nossos filhos, lutando contra o abandono escolar, exclusão, segregação.

Que fique bem claro; o Chega é a favor da Habitação Social, atribuída com estritos critérios, validados, auditados e verificados ao longo da sua vigência.

A habitação social é um contrato de apoio que conjuga o direito a uma habitação digna, com o dever de cumprir as regras da sociedade, que facultou essa habitação.

Um contrato que deveria despertar um sentimento de cidadania e respeito pelo estado e sobretudo respeito por todos os contribuintes portugueses, que através do seu esforço coletivo permitem a disponibilização dessa habitação.

Infelizmente, este contrato social é mal equilibrado e ordenado juridicamente. A esquerda radical desde sempre se preocupa apenas com Direitos e com as Garantias em detrimento dos Deveres e das Obrigações por parte de quem recebe uma habitação social.

E esquece que quem paga por tudo isto tem o direito de dizer CHEGA.

"O socialismo, dura até acabar o dinheiro dos outros.

Relativamente ao processo de realojamento de emergência do 2º Torrão, as trapalhadas e más decisões deste executivo, e dos organismos do Estado, são tantos que esta Sessão não é suficiente para falarmos de todos eles. O processo relativo ao Bairro do 2º Torrão, remonta há mais de 40 (quarenta) anos, sobre os terrenos do Porto de Lisboa e particulares foi nascendo um bairro, o Bairro do 2º Torrão.

Os vários executivos camarários foram negligenciando a situação que tomou proporções impensáveis num país que se diz desenvolvido, com mais de 3000 (três mil) cidadãos a viverem em condições sub-humanas, sem saneamento básico, sem água potável e muitos deles sem eletricidade. Tudo isto a acontecer a poucos quilómetros da Capital. Todos viram ninguém fez nada. Deixaram a situação crescer até ter as proporções que tem hoje em dia. Estavam lá todos, mas ninguém viu. Além de ninguém ver, escondem.

Nas diversas reportagens constatamos que organizações de Tribunais e outros órgãos não recebem atempadamente informação solicitada. Novamente o requerimento do CHEGA, para que nos seja fornecido toda a documentação sobre a vala do 2º Torrão, não foi respondido.

Senhor Presidente, o que esconde os documentos para justificar o desrespeito por esta Assembleia Municipal, não divulgando toda a informação, como manda a Lei.

Dos factos, a 9 de novembro de 2019, como já foi referido nesta Assembleia Municipal, é emitido um Relatório sobre o túnel da vala, onde diz na Conclusão: "por se tratar de uma infraestrutura fundamental de escoamento das águas fluviais da Costa da Caparica e por estar em causa a segurança, julgamos importante a realização de toda a Lage da cobertura".

A 30 de junho é dito e elaborado, pelos SMAS, um outro Relatório que 7 (sete) meses depois, sobre as condições do túnel que atravessa o Bairro, onde diz: "o potencial colapso da infraestrutura ou mesmo parte, causaria um bloqueio à passagem da linha de água de grande importância para aquele Bairro, com danos significativos em toda a envolvente do Bairro".

Conclusão do mesmo estudo: "dado o estado de conservação verificado é urgente intervenção, reparação do referido túnel assim como a eliminação das ligações diretas do esgoto doméstico, existem riscos muito consideráveis para o ambiente e para a saúde pública da população do Bairro."

O que foi feito entre novembro de 2019 e março de 2022? Quase dois anos e meio, onde a população viveu em risco segundo o próprio Relatório dos SMAS e com a conivência da Proteção Civil. Eu respondo por si Senhora Presidente: "Não foi feito nada". Estiveram mais de dois anos para encontrar soluções, calmamente, identificar quem tinha de beneficiar de habitação social e de realojamento, estiveram dois anos para procurar soluções, habitações e que fez este Município? Nada.

Como se pode constatar em 9 de novembro de 2019, é dito em nó de conclusão: "por se tratar de uma infraestrutura fundamental ao escoamento das águas fluviais e por estar em causa a segurança e até ambiental". Ora está perante um Relatório de uma entidade idónea, os SMAS, categoricamente expressa que está em causa a segurança dos habitantes e da população, uma vez mais ao potencial risco de colapsar a própria estrutura, devido à sobrecarga imposta pelas habitações. Esta afirmação está num Relatório dia 20. Tratando-se de segurança, não há dúvida que a Proteção Civil deveria ter imediatamente atuado. Pois é isso que se espera da parte de um serviço municipal.

Embora a Senhora Vereadora Francisca Parreira tenha dito em entrevista que a Proteção Civil não tinha feito nos anos 2019, 2020 e 2021, nenhuma avaliação de risco, já sabia exatamente o que estava a acontecer, mais não fosse pelo Coordenador Municipal da Proteção Civil, pois é este que assina o Relatório.

Perante a constatação dos factos, percebemos perfeitamente, a Câmara Municipal negligenciou o Bairro do 2º Torrão e toda a situação. Passados dois anos estamos a fazer o jogo do empurra. Se é os SMAS o responsável, se é a Proteção Civil. O que todos constatamos e é fácil perceber, é que os custos para todos os munícipes estariam a ser inferiores se tivesse sido feito atempadamente.

Senhora Presidente, Senhores/as Vereadores/as, quero apenas colocar uma última questão. Quem vai assumir a responsabilidade politica desde redundante falhanço, que colocou em risco a vida destes munícipes e continua a esconder documentos a este Órgão, manchando os Órgão eleitos deste Concelho."

7.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostava de dar duas ou três notas sobre esta questão da habitação e do 2º Torrão.

Efetivamente, é preocupante que às portas de Lisboa em pleno século XXI, ainda exista um bairro onde vivem cerca de 3000 (três mil) pessoas em condições sub-humanas. E aquilo que nos deve preocupar a todos, é todos os habitantes desse e de outros bairros, que infelizmente em Almada, mas também noutras zonas, vivem em condições sub-humanas. E eu julgo, que todos nós que somos agentes políticos, cada um com responsabilidades diversas, devemos usar todos os nossos esforços para a resolução de um problema que é bastante difícil e complexo.

Disse o Senhor Deputado Municipal João Geraldes: "pessoas como nós". Efetivamente, são pessoas como nós que merecem o nosso respeito e que merecem todo o nosso empenho para a resolução deste problema.

O que se tem verificado é que, após um período, e tem que ser dito desta forma, em que nada foi feito para resolver os problemas, a verdade é que o Município de Almada, este executivo, teve agora a intervenção para começar a resolver esta questão do realojamento destas famílias. Sabemos que é um número de famílias que ainda é relativamente reduzido, mas temos que começar por algum lado. Sabemos igualmente que estes processos de realojamento são processos muito delicados e complexos, como aqui foi referido, quer pelo executivo, quer por muitos dos munícipes que vieram aqui falar, estamos a mexer com a vida das pessoas, com as suas rotinas, com as suas ligações emocionais e afetivas, e sabemos que o Município tem feito tudo o que está ao seu alcance para resolver esta questão, num contexto difícil e que é bastante complexo arranjar habitações principalmente aqui em Almada.

Portanto, não nos parece que, como está a ser referido, que isto reflita um falhanço por parte do Município, antes pelo contrário, isto traduz um Município que ciente das dificuldades que estes problemas têm e que a resolução destes problemas acarreta, os tenta executar na medida das possibilidades."

7.2.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

CDS-PP vai continuar a insistir nestas questões que no seu entendimento não são ainda esclarecidas e vai até ao fim até que as mesmas possam ser esclarecidas cabalmente.

Senhora Presidente, teve conhecimento de alguma nota técnica dos SMAS, da qual a Senhora era Presidente dos SMAS, com o assunto "túnel da vala A" datado de 9 de novembro de 2019?

Tem a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, também na altura Presidente dos SMAS, conhecimento do Relatório dos SMAS redigido e efetuado em consequência da nota técnica de 9 de novembro de 2019? Com o texto sobre as condições estruturais do túnel que atravessa o Bairro do 2º Torrão?

O Relatório é assinado pelos técnicos dos SMAS que merecem o nosso respeito e pelo responsável máximo da Proteção Civil que também merece o nosso respeito. Se teve conhecimento porque não agiu em conformidade e prontidão para que todo o processo fosse elaborado e executado com o devido planeamento, nomeadamente, o realojamento atempado destes moradores?

Pois vamos a factos, e não sou eu que o digo, foi uma reportagem da RTP no Bairro do 2º Torrão, onde fez o levantamento cronológico da situação e onde entrevistou nomeadamente, os advogados e representantes dos moradores e estes deixaram algumas considerações pertinentes que o CDS-PP quer aqui esclarecer.

Senhora Presidente, podendo estar em perigo a integridade física das pessoas no Bairro, foi ou não dado a conhecer aos mesmos moradores atempadamente essa situação?

Caso não tenham sido alertados atempadamente, qual a razão Senhora Presidente?

Segundo a mesma reportagem em junho de 2022, começaram as reuniões com os moradores do Bairro e que diz que nunca foram revelados esses mesmos relatórios. Confirma Senhora Presidente, que nunca foi dada esta informação aos moradores?

O advogado disse frente às câmaras da RTP, que o processo tinha sido feito através de intimidação de famílias e à porta fechada, tentando que as pessoas abandonem as suas casas, sem garantia de realojamento. É grave esta afirmação, é dita, não por mim, pergunto à Senhora Presidente da Câmara se confirma ou não.

Diz-se também que há uma grande descoordenação da parte da Câmara Municipal e da Segurança Social e que não houve a mínima articulação entre estas duas entidades. Confirma ou não Senhora Presidente?

Aliás, eu devo recordar numa reunião que tivemos com o estimado Vereador Senhor Filipe Pacheco, o CDS questionou sobre esta situação, se estavam a ser salvaguardadas todos as condições, nomeadamente, Segurança Social, Escolas, para com estes moradores e o Senhor Vereador Filipe Pacheco disse que sim que estavam a ser asseguradas e esteve hoje aqui uma munícipe moradora do Bairro do 2º Torrão que disse exatamente o contrário, gostaríamos de ouvir agora por parte da Câmara Municipal porque eu gosto de ouvir todas as partes.

Ainda diz também, o representante ou advogada dos moradores do Bairro do 2º Torrão, que houve ameaças de deportação caso não aceitassem as propostas da Câmara Municipal. Senhora Presidente, é grave esta afirmação, é ou não verdade? E quem é que assumirá estas responsabilidades perante esta veracidade?

Confirma que em 2019, a Câmara Municipal pediu à APA a Administração do Porto de Lisboa, vários pedidos de esclarecimentos que nunca foram respondidos? Confirma Senhora Presidente? É que pelos vistos, temos outras entidades aqui envolvidas que também não deram resposta.

Diz ainda relativamente a essa mesma intervenção para as televisões, que houve pessoas ludibriadas neste processo, confirma Senhora Presidente esta afirmação?

Mais, confirma que houve funcionários da Câmara Municipal sem identificação que entregaram documentos sem assinatura e sem estarem identificados, documentos dos serviços da Câmara? Senhora Presidente, não sou eu que o digo, a ser verdade é grave.

Senhora Presidente, para terminar. O desmantelamento das casas. Quem esteve no Bairro ou quem assistiu a relatos, aliás, anda a Câmara Municipal de Almada e bem, a promover o ambiente, a lutar contra as alterações climáticas e depois vemos um espetáculo de uma série de destroços onde supostamente estão incluídas placas de fibrocimento partidas, para potencial libertação de amianto, toda a gente sabe do que é que estamos a falar. Senhora Presidente, nós estamos a falar das pessoas, dos moradores, estamos a falar de crianças, mas estamos a falar também dos técnicos da Câmara Municipal dos quais a Senhora Presidente é responsável.

Portanto, Senhora Presidente, há ou não risco, houve ou não risco, continua a não haver risco para estas pessoas e houve ou não desleixo nesta situação?

Depois Senhora Presidente, para terminar mesmo, a Senhora Presidente falou na sua intervenção inicial relativamente à habitação e às propostas e ao projeto que a Câmara Municipal tem para Almada. Senhora Presidente, desafio-a aqui em proposta a juntar-se já aos almadenses. Quer começar a beneficiar as pessoas relativamente à habitação? Quer estar ao lado das pessoas relativamente à habitação? Senhora Presidente, desafio-a a baixar aqui o IMI já para 2023, quer o IMI familiar quer o outro IMI."

7.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Presente o debate sobre o Parque Habitacional Autárquico e sobre o 2º Torrão, nesta Assembleia Municipal que se reúne hoje, extraordinariamente, e o PSD vem apresentar a sua perspetiva sobre estes importantes assuntos.

Assim, no que respeita às questões da Habitação o PSD há muito que defende o desenvolvimento no Concelho de Almada de uma Habitação Social Digna, seja através do investimento por parte da Câmara Municipal seja por parte do Governo da República.

Para isso, é necessário apostar na construção de habitação a custos controlados, que possibilite a todos os necessitados dessa mesma habitação a aquisição ou o arrendamento.

Importa lembrar que apesar do que está estabelecido na Constituição da República Portuguesa e que diz que é obrigação do Estado conferir a todos uma habitação de dimensão adequada, com condições de higiene e conforto que preservem a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Devido ao que está descrito na Constituição, serviu de desculpa durante décadas à gestão autárquica da CDU para não ter feito mais ao nível da habitação social no Concelho de Almada.

Mas, Estado, somos todos nós, cidadãos e também os órgãos de governo, sejam nacionais, regionais ou municipais e, por isso é obrigação das autarquias, nomeadamente das Assembleias e Câmaras Municipais em coordenação com as Juntas de Freguesia, aprovarem e implementarem Planos de Ação na área da habitação, com um calendário rigoroso, seja de construção, seja de aquisição, de novos fogos destinados não só a realojamentos, mas também ao apoio de jovens à primeira habitação, bem como para acesso a habitação assistida para a terceira idade e também para pessoas com incapacidade ou mobilidade reduzida.

Para nós, tudo isto são atribuições e obrigações do Governo e das Autarquias, pois um dos deveres principais dos órgãos autárquicos é "A promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações".

Assim, o PSD há muito que reivindicava a aprovação de um Plano Municipal de Erradicação de Barracas, e ele está contemplado na Estratégia Local de Habitação, que foi aprovado em maio de 2019 e atualizado em 2021 como já foi referido, e agora é preciso que esse plano seja concretizado com a maior urgência possível.

Alguns parecem ter-se esquecido de que pelo meio tivemos quase dois anos de pandemia devido à COVID-19.

Para essa concretização é imperioso uma política de habitação social que evite a criação de fenómenos de exclusão e também que garanta ações de vigilância mais frequentes por parte da fiscalização municipal que evite a edificação de novas barracas, pois o que vem acontecendo há anos é que em muitos dos concelhos da margem norte da Área Metropolitana de Lisboa tem tido lugar o desaparecimento das barracas, e que por esse efeito, se têm transferindo de forma totalmente inaceitável para o concelho de Almada, mercê também da impunidade dos executivos liderados pela CDU.

É óbvio que, atualmente, a Câmara não tem a possibilidade, a curto prazo, de resolver o problema da habitação social em Almada. Julgo que todos temos consciência disso, mas também é imperioso que não se criem novos guetos, como aqueles que foram criados ainda nos tempos do Estado Novo e que também julgo que todos temos essa preocupação.

Ainda no que respeita ao Parque Habitacional Municipal existe a necessidade de dotar a Câmara Municipal de equipas constituídas por exemplo, por Eletricistas, Carpinteiros, Serralheiros, Pedreiros e Canalizadores que

possam intervir rapidamente para requalificar o interior de algumas habitações com diversos problemas associados e também das partes comuns como sejam as questões relacionadas com os elevadores, cujas queixas se destacam também com indicações de que em muitas ocasiões se encontram avariados, causando transtorno especialmente aos mais idosos.

Além disto, importa dotar o orçamento municipal de maiores verbas para que a Câmara alavanque as empreitadas que permitam essa reabilitação tão necessária.

Constantemente assistimos à vinda de pessoas com problemas de habitação, ou a falta dela, nas sessões sejam da Assembleia ou da Câmara Municipal.

Por isso, existe a necessidade urgente, como já referimos, de definir um calendário de execução, em que todos saibamos qual o bairro que vai ser intervencionado, independentemente das intervenções pontuais que os serviços camarários possam, entretanto, vir a desenvolver.

Mas se há alguma coisa que consideramos bastante positiva é que o atual executivo nestes últimos 5 anos pôde aprovar a Estratégia Local de Habitação aqui na Assembleia Municipal, tendo ficado definida a estratégia e a metodologia a seguir para o período que vai precisamente de 2019 a 2029, além disso, foi aprovado também em novembro de 2019 o Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitação que veio moralizar a questão, criando critérios bem definidos e que até essa altura não existiam.

Todos estarão recordados que nesse documento é possível verificar que a estratégia assenta em três eixos principais:

- Melhorar a coesão social e territorial

- Aumentar a competitividade

- E melhorar a qualidade do habitat

Também todos se lembrarão, com certeza, que foram estabelecidas também as prioridades e programação indicativas sobre o que o município quer desenvolver neste decénio 2019-2029.

Julgo não valer a pena aqui recordar todas, sob pena de os cansar, mas importa mesmo assim lembrar que esta estratégia tem estabelecidas 11 medidas principais que se encontram em curso e que preveem, pelo menos, custos na ordem dos 170 milhões de euros, a distribuir entre o orçamento da Câmara de Almada e outros programas como por exemplo:

- O PRR

- Programa Porta de Entrada

- Outros Programas e linhas de apoio comunitárias ou nacionais

- Entidades proprietárias e proprietários privados

- Segurança Social

Noutra altura trataremos do Parque Habitacional do Estado, que como sabemos, no nosso Concelho se cifra também em alguns milhares de habitações.

Mas deixemos agora as questões diversas relativas ao Parque Habitacional Municipal e abordemos as relacionadas com o 2º Torrão e mais concretamente aqueles que edificaram construções sobre a Vala de Drenagem de Águas Pluviais.

Todos sabemos, já foi repetido por diversas vezes e em várias ocasiões, que estamos perante uma situação de altíssimo risco, mercê do estado da Vala e também por se localizar em área considerada crítica e sujeita a inundações e galgamentos costeiros.

Toda esta problemática pode vir a ser agravada devido à possível existência de condições meteorológicas desfavoráveis e que podem resultar num cenário que podem desenvolver cheias e/ou inundações com características que podem ser fatais para todos os que ali residem.

Daí ter sido considerado pela Proteção Civil a indispensabilidade da saída de todas aquelas famílias residentes em cima da vala até ao início do Ano Hidrológico e se ter apontado a data limite de 30 de setembro de 2022 para essa ação.

A partir dessa determinação, pelo que sabemos e pudemos constatar, a Câmara Municipal e os seus diversos serviços empenharam-se, quase em exclusividade, na forma de resolver os problemas inerentes de retirada das pessoas sob pena de poder vir a acontecer ali uma desgraça que todos viríamos mais tarde a lamentar.

Os serviços camarários têm procurado encontrar habitações condignas para instalar todas as famílias referenciadas para o realojamento e também têm tentado ajudar a resolver diversos problemas com que estas pessoas se deparam com a mudança para outros locais e, nomeadamente, ao nível escolar, profissional e também ao nível de recolha e tratamento de animais quando for caso disso e também ao nível do apoio social que se torne indispensável. Recordo aqui que a Câmara tem dado apoio alimentar para quem não tem ainda uma casa atribuída, bem como fornecido o transporte para a escola às crianças, apoio na articulação com os proprietários na contratação do fornecimento de água e eletricidade, bem como a indispensável articulação com a rede social para assegurar os diversos apoios.

Aliás, um dos objetivos principais dos serviços foi assente na melhoria das condições de vida destas famílias, procurando nas várias soluções encontradas uma melhor situação de habitabilidade e tentando fornecer-lhes soluções alternativas para aqueles a que ainda não foi possível arranjar uma habitação.

Como sabemos tratam-se de soluções provisórias e com certeza que nem tudo neste processo terá corrido bem, já o afirmamos por diversas vezes, mas temos de considerar que estamos em situação de emergência, o que determina ações com caráter urgente, mas sabemos igualmente que foi feito o melhor possível por parte do executivo e pelos serviços municipais para obviar a que estas famílias não continuassem em situação de risco por mais tempo.

De resto, já se encontram realojadas temporariamente cerca de 50 famílias, umas em habitações alugadas para o efeito e outras em unidades hoteleiras, até que sejam encontradas outras soluções como a anunciada construção dos 95 novos fogos.

Lamentavelmente existem algumas famílias, que na nossa perspetiva foram mal aconselhadas, e que decidiram interpor providências cautelares para se manterem ainda hoje no local. Esperemos que não venhamos todos a ter que lamentar esse facto e que não surjam, entretanto, situações de galgamento ou de catástrofes na zona da vala.

É imperioso acabar de uma vez por todas com a estratégia de guetização que foi seguida ao longo de dezenas de anos e, pelo contrário, todos temos de optar por opções habitacionais mais inclusivas e integradoras das diferentes comunidades locais no seio da sociedade almadense.

Para finalizar, acho curioso a forma algo elogiosa como o Bloco de Esquerda se tem vindo a referir a um autarca do PSD da Caparica/Trafaria, quando se sabe que não aceitaram integrar o executivo municipal precisamente por este ser integrado também pelo PSD. Diga-se que o Bloco de Esquerda não quis assumir a responsabilidade de ajudar a resolver os problemas sociais daqueles que agora dizem defender quando lhes foi oferecido precisamente o pelouro da Habitação."

7.2.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu lamento mais uma vez porque houve aqui questões que mereciam um debate prolongado relativamente às estratégias e às medidas que temos que tomar e que já estamos a tomar, em relação à questão da habitação.

Uma coisa eu tenho a certeza, eu não vou reler a minha intervenção inicial relativamente a tudo o que foi feito, quero só acrescentar alguns números que eu não disse inicialmente.

Relativamente às residências de estudantes, nós temos neste momento projetos entrados na Câmara Municipal e uns deles da Câmara Municipal, projetos que totalizam um aumento na oferta de camas em 1094 (mil e noventa e quatro) camas para estudantes, novas camas para estudantes em Almada. Na FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia, fora da FCT, no Centro da Cidade, a própria Câmara Municipal apresentou um projeto para residências de estudantes na Romeira porque queremos trazer os estudantes à Cidade e, portanto, não vou detalhar aqui todas, mas só em termos de residências de estudantes, com projetos que entraram já na Câmara Municipal, e um da própria Câmara Municipal, são 1094 (mil e noventa e quatro) novas camas. Importa lembrar que a FCT é o segundo maior polo universitário da Área Metropolitana de Lisboa.

Relativamente à questão do 2º Torrão. Já foram respondidos os requerimentos. O dado que tenho é que o último requerimento da CDU, que era um requerimento muito extenso com muitas perguntas, mas não sou eu que responde diretamente e o que eu tenho aqui é um email, o último chegou a 4 de outubro e tenho aqui referência que o primeiro relatório foi enviado aos Senhores Deputados Municipais no dia 21 de junho. Os Senhores Deputados Municipais da CDU estão sempre a dizer que não lhes enviam nada, que não lhes respondem, eu tenho aqui o email em como vos foi enviado o relatório. Mas continuam a dizer que não recebem nada. O único que está por responder é aquele que chegou em outubro, mas se não for nós corrigimos, ainda no outro dia o Senhor Vereador da CDU dizia: "4 requerimentos e nem um teve resposta", há um único que não teve resposta que foi o de outubro, tem uma série de questões que os serviços têm que responder, eu não respondo no lugar dos serviços.

Relativamente ao requerimento do CHEGA também já foi respondido. Mas eu acho extraordinário estarem sempre a dizer que nós estamos a omitir os relatórios todos, mas felizmente toda a gente conhece os relatórios de cor. Mas por isso mesmo, e para que não haja dúvida que ninguém está a esconder coisa nenhuma, eu vou ler o relatório de 30 de junho e a conclusão do relatório dos SMAS assinada também pela Proteção Civil e depois leio o deste no, para perceberem a diferença e sobretudo as pessoas que nos seguem perceberem a diferença e passo a ler: "Dado o estado de conservação verificado é urgente intervenção de reparação do referido túnel, assim como da eliminação das ligações diretas ao esgoto domestico". Este relatório foi feito depois de uma operação de limpeza para poder-se verificar o estado integral da vala e a situação. "Existem riscos muito consideráveis para o ambiente e a saúde pública do Bairro do 2º Torrão, assim como para montante da vala". Imediatamente a partir desta altura, abriu-se todo o procedimento para a construção de 95 (noventa e cinco) fogos, que não é um Bairro Social é em 4 lotes justamente para não criar guetos porque realmente, nós temos uma visão um bocadinho mais avançada, portanto, não criamos montes, são 4 lotes diferentes, cujo o projeto de arquitetura está concluído e que agora vamos lançar a empreitada. Isso foi lançado imediatamente em 2019. Para quê? Uma vez que não nos disseram e eu volto a dizer aquilo que a Senhora Vereadora tão dito tão bem e tão calmamente, nós não podemos retirar pessoas da sua casa se não houver uma situação que o legitime, o que aconteceu no Relatório deste ano. E eu agora vou ler as conclusões para ficar gravada a diferença e diz: "Face ao exposto para evitar o agravamento desta situação, propõe-se o seguinte: Desobstrução e limpeza imediata da vala de drenagem; realojamento das construções localizadas sobre o túnel de descarga da vala, para que se possa proceder a demolição, no máximo até ao inicio do próximo ano hidrológico dando cumprimento aos limites legais." O ano hidrológico havia dia 1 de outubro, em junho imediatamente a seguir, fomos acusados de fazer uma reunião com os Vereadores à porta fechada. Sim porque achamos que antes de lançar o alarme social era importante avisar os Vereadores todos, nunca mais o faremos porque à porta fechada é uma noção que os Vereadores da oposição não respeitam, não sabem, não querem saber, gostam de usar a coisa por politica. Fizemos reuniões como aliás, o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, com os Vereadores, e depois fizemos reuniões de Câmara com a porta aberta, fizemos duas Sessões aqui na Assembleia Municipal,

ainda agora, antes da operação, voltamos a reunir com os Deputados Municipais para explicar exatamente o que é que se estava a passar, o inicio quando começamos a avisar os moradores, eu própria fui à Escola da Trafaria, numa reunião coletiva, explicar à população, não à população do todo o Torrão, só às pessoas que estavam sobre a vala, aqueles que nós conseguimos notificar.

Ou seja, fui lá, desde então os serviços falaram com todas as pessoas individualmente. Houve pessoas que não pudemos notificar? Pois não, não estavam lá na altura em que fomos, não sabemos quando é que passaram a estar tudo isso está a ser verificado. Neste momento, temos providências cautelares, o que também nos limita muito naquilo que é o contacto que podemos ter com as pessoas e trataremos dos casos a seguir à providencia cautelar. O risco mantem-se e é isso que eu quero dizer. O risco mantem-se e agrava-se.

Portanto, eu termino esta minha intervenção com um apelo, a todas as pessoas foram oferecidas soluções, não são as melhores, é verdade, há pessoas que têm casas, há pessoas que foram encaminhadas para a Segurança Social, é um facto. Há pessoas que ainda estão instaladas em unidades hoteleiras. Neste momento, já foram retiradas 151 (cento e cinquenta e uma) pessoas, sem nenhum alarme social, sem termos que apelar a forças de segurança e ainda agora estava a ver a noticia de um desalojamento em maio de 2021, em Loures, era bom que a CDU se lembrasse.

Portanto, sim, tenho a consciência tranquila, não sé tenho a consciência tranquila como tenho muito orgulho nesta equipa, toda ela, desde os eleitos até aos técnicos que estão a acompanhar esta matéria e sim continuaremos a agir com a mesma consciência, com o mesmo rigor e com o mesmo sentido de justiça, para as pessoas do 2º Torrão e para aqueles que precisam de casa e que não estão no 2º Torrão, que também os ouvimos aqui hoje."

7.2.10 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente até porque não sei qual é a figura regimental que devo invocar, mas é para lamentar, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não tenha atuado relativamente à Senhora Presidente da Câmara exatamente como fez em relação ao meu camarada José Lourenço há umas reuniões atrás, que impediu que terminasse a intervenção por ter esgotado o tempo exatamente na mesma situação em que estamos nesta reunião e deixou a Senhora Presidente falar até ao fim."

7.2.11 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, registo a sua intervenção vamos refletir sobre ela e abordar em Conferência de Representantes, mas chamo-lhe a atenção para que no caso em concreto, era diferente, era esgotar o tempo da grelha, aqui a Câmara Municipal não esgotou o tempo da grelha, temos de terminar porque a sessão tem de terminar."

7.2.12 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) usou da palavra para uma interpelação à Mesa;

7.2.13 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

7.2.14 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A interpelação à Mesa, conta para o tempo previsto na grelha, a única exceção relativamente ao tempo da grelha é a Defesa da Honra que não está em causa.

Portanto, o Senhor Deputado Municipal se desejar pode fazer uma declaração que é apensa à Ata.

8 – O Grupo Municipal da CDU, apresentou uma Recomendação sobre o Bairro do 2º Torrão (anexo 2)

8.1 – Após verificação do quórum, passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo sido rejeitada com 20 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes da Junta das Uniões de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 18 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

9 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H40, deu-se por concluída a reunião.

10 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Sousa Matos, Helena Azinheira, Catarina Pé-Curto e Joana Mortágua.

11 – Foi verificada a presença de cerca de 60 (sessenta) munícipes. A sessão foi transmita em streaming.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE_____

O 1º SECRETÁRIO_____

A 2ª SECRETÁRIA_____